

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

**IPARDES**

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Curitiba, v.28, n.1-2, p.1-42, janeiro/fevereiro 2006

## GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

REINHOLD STEPHANES - Secretário

## IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

## ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

## Equipe

ALAN IANKE DOS SANTOS

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MONIQUE LOVERA PASTRO

THAÍS ZILIO TESTI MOREIRA

*(Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários)*

## EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CRISTIANE BACHMANN

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

*(normalização bibliográfica)*

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

*(editoração eletrônica)*

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

*Permitida a reprodução total ou parcial desta  
publicação, desde que citada a fonte.*

## SUMÁRIO

O significado do PIB de 2,3%	2
<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	
A economia paranaense em 2005	4
<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	
Determinantes conjunturais e estruturais da expansão das exportações brasileiras	7
<i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	
O PIB e os culpados	9
<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	
Determinantes da crise do agronegócio	13
<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	
O preço do álcool e os oligopólios	15
<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	
A matriz energética brasileira e o aproveitamento das fontes renováveis	17
<i>Alan Ianke dos Santos, Leonardo Marcon Weber e Thaís Zílio Testi Moreira</i>	
O não retrocesso industrial do Brasil	19
<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	
Paraná – Destaques Econômicos	21
<i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	
Economia Paranaense	25
Indicadores Seleccionados	

# O significado do PIB de 2,3%

Gilmar Mendes Lourenço\*

Os resultados preliminares de crescimento de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2005 devem recrudescer o debate acerca do significado, importância, magnitude e natureza da evolução da economia brasileira no ano passado. Por certo, haverá proliferação de defesas veementes da orientação macroeconômica da administração Lula, ao lado de críticas contundentes à sua postura curto prazista e pouco sensível às questões relacionadas à montagem de um projeto de longo prazo para o País.

Uma breve interpretação dos números do PIB permite apreender um comportamento pífio, especialmente quando confrontado com a expansão média da população economicamente ativa (PEA), ao redor de 2,4% ao ano, e com a taxa de desemprego (conjuntural e estrutural) de cerca de 10,0% da PEA. De pronto, tal cotejo revela a incapacidade de a reativação produtiva em curso absorver sequer os entrantes ou candidatos a estreadores no mercado de trabalho ou mesmo iniciar o pagamento da dívida social, acumulada durante décadas pelo País.

Nesse ponto, convém considerar a natureza da expansão experimentada em 2005, desatrelada de movimentos expressivos na direção do aumento da oferta potencial do sistema econômico, pela via do investimento (que variou apenas 1,6%, igual aos gastos do governo), e amparada na recuperação das variáveis consumo das famílias (3,1%) – por conta do aumento da massa de salários reais (5,3%, puxada pela recuperação do emprego e do salário mínimo), da disseminação de programas assistencialistas, como o Bolsa-Família, e do alargamento da oferta de crédito para pessoas físicas (incremento nominal de 36,7%, liderado pela modalidade consignada, ou empréstimo pessoal com desconto em folha) – e exportações (11,6%), configurada especificamente no incremento das vendas externas de *commodities* agrícolas e minerais e de alguns manufaturados (tabela 1).

Logo, é fácil associar o PIB de 2005 a fenômenos conjunturais e transitórios, de fôlego limitado, que podem desaparecer de maneira tão rápida e surpreendente como emergiram, na hipótese de exaustão dos seus componentes de empuxe, marcada pela impulsão da inadimplência das famílias e/ou pela desaceleração do crescimento da economia mundial.

TABELA 1 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO COMPONENTES DA DEMANDA FINAL - 2005

ITENS DE UTILIZAÇÃO FINAL	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Consumo das famílias	3,1
Investimentos	1,6
Gastos do governo	1,6
Exportações	11,6
Importações	9,5
TOTAL	2,3

FONTE: IBGE

A propósito disso, conforme levantamento da Serasa, o número de consumidores com dívidas em atraso aumentou 13,3% em janeiro de 2006 em comparação com janeiro de 2005, incluindo devolução de cheques por ausência de fundos, títulos protestados e dívidas vencidas com instituições financeiras. A maior causa da elevação da inadimplência estaria no pronunciado comprometimento da renda das famílias com o crédito consignado.

Ademais, a performance brasileira no ano passado correspondeu à metade da registrada pelo conjunto da economia internacional e a cerca de um terço do desempenho auferido pelas nações emergentes. Foi a segunda pior variação da América Latina, à frente apenas do Haiti (1,5%), segundo estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Em contrapartida, o crescimento de 2005 pode ser considerado razoável se for colocado em relevo o fato de a gestão econômica, centrada no tripé formado por metas de inflação, câmbio flutuante e saldos fiscais primários, buscar de forma intransigente a estabilidade de preços e assumir a expansão da economia como um subproduto do equilíbrio monetário e fiscal conquistado. Parcela

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

relevante e respeitável do pensamento econômico brasileiro sinaliza que a performance econômica alcançada pelo País em 2004 e 2005 decorreu dos níveis de liquidez e de comércio mundiais, recordes das últimas três décadas.

---

*A performance econômica alcançada pelo País em 2004 e 2005 decorreu dos níveis de liquidez e de comércio mundiais, recordes das últimas três décadas*

---

Paradoxalmente, o setor produtivo brasileiro conseguiu tirar proveito da conjuntura internacional positiva, a despeito do elevado custo tributário e de capital, da enorme burocracia, da precária infra-estrutura, do câmbio apreciado e da ausência de políticas públicas dirigidas ao incentivo à inovação predominantes no País.

Todavia, no final de 2005, os exportadores começavam a contabilizar a perda de mercados relevantes, principalmente na área de produtos manufaturados com maior valor agregado, elucidativa dos estragos provocados pela geração de uma relação câmbio/salários comprimida em uma economia inserida, para o bem ou para o mal, na globalização produtiva, comercial e financeira.

Na realidade, o cerne da política econômica vem sendo palco da construção de uma bomba-relógio de efeito retardado, representada pela enorme transferência de renda dos agentes intermediários da pirâmide social (empresários e classe média) em favor dos ocupantes

do pico, precisamente as instituições financeiras, detentoras de expressiva parcela dos papéis da dívida pública e pouco comprometidas com o financiamento do consumo, do giro e das inversões produtivas.

Em outros termos, ao arrecadar a maior carga tributária do planeta (se for levada em consideração a contrapartida na prestação de serviços públicos), aproximadamente 60,0% acima da capacidade de suporte da sociedade, conforme estimativas do mercado, essencialmente por intermédio da compressão da renda disponível dos empresários produtivos e das famílias de classe média, o governo abre flancos para, de um lado, priorizar a obtenção dos superávits fiscais primários, visando à cobertura parcial do serviço da dívida (a parte não quitada é incorporada aos estoques e fluxos passivos) e, de outro, prover a população de baixa renda de uma “cesta de sobrevivência”, desvinculada de iniciativas mais convincentes e/ou consistentes de inserção dessa categoria no mercado de trabalho.

Partindo do pressuposto de que a formulação e a execução de políticas econômicas exigem decisões estratégicas, mirando a concretização dos objetivos com minimização dos custos sociais, em um ambiente de permanente conflito distributivo entre os agentes, é lícito admitir as reduzidas chances de criação de margens institucionais de crescimento econômico, por parte de um governo repleto de interesses e de demandas pontuais e desprovido de um programa politicamente negociado de transformações de longo alcance temporal.

# A economia paranaense em 2005

Gilmar Mendes Lourenço\*

Uma breve incursão sobre algumas estatísticas da economia paranaense para o ano de 2005 permite identificar uma espécie de Tríplice (e articulada) Aliança contra o setor produtivo estadual, formada pelo colapso ocorrido no setor agropecuário (começando com a estiagem, passando pela queda das cotações internacionais das *commodities* e chegando aos impasses provocados pela febre aftosa), pela equivocada política econômica de austeridade monetária e fiscal e pelo câmbio burro.

O setor industrial fechou o ano com crescimento de apenas 0,8% nos níveis de produção física, bastante abaixo da média brasileira (3,1%), representando a quarta pior performance entre as treze unidades federativas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à frente apenas do Rio Grande do Sul, do Ceará e de Santa Catarina (tabela 1).

O fraco desempenho do setor manufatureiro regional foi determinado pelas pronunciadas quedas de produção verificadas nos ramos atrelados ao agronegócio (alimentos, máquinas, equipamentos e fertilizantes), prejudicados pela estiagem, no final de 2004 e começo de 2005, pelo câmbio defasado e, por último, pela suspeita de aparecimento de focos de febre aftosa no Estado.

## *O colapso na agricultura, somado às restrições macroeconômicas do País, explicam o fraco desempenho da indústria e do comércio do Paraná em 2005*

É interessante observar que até o final do primeiro semestre do ano passado o parque fabril do Paraná cresceu 8,0%, contra 5,0% do País, expressando o segundo melhor dinamismo entre os estados, perdendo apenas para o Amazonas, onde a produção de bens de consumo duráveis impulsionou o setor industrial. A retração de -5,3% experimentada no segundo semestre, a terceira maior entre as instâncias subnacionais, jogou no chão a indústria do Paraná, atingida, particularmente neste período, pelo real sobrevalorizado e pelos respingos fitossanitários.

O resultado do exercício econômico de 2005 só não foi pior graças ao incremento registrado pelas atividades dos segmentos de veículos automotores (21,1%), refino de petróleo e álcool (9,6%) e celulose e

papel (7,7%), reflexo da combinação entre alguma recuperação da demanda interna e o cumprimento de contratos de exportação celebrados em tempos de cotação cambial mais favorável ou garantida por seguro.

A trajetória negativa trilhada pela indústria paranaense em 2005 pode ser comprovada também pelo sinal das vendas e das compras reais. O faturamento do parque manufatureiro declinou -1,3%, puxado pelos segmentos de couros e peles (-45,2%), madeira (-31,8%), mecânica (-26,6%), têxtil (-23,6%) e matérias plásticas (-16,8%). Ainda assim, houve incrementos expressivos em segmentos importantes como papel e papelão (10,3%), material de transporte (9,6%) e material elétrico (7,9%), segundo indica a tabela 2.

Do lado das compras de insumos, apesar da variação total positiva de 2,7%, constataram-se recuos significativos em matérias plásticas (-37,0%), editorial e gráfica (-36,5%), couros e peles (-33,8%), mecânica (-31,0%), madeira (-28,4%) e material elétrico (-26,0%). Os resultados positivos couberam a papel e papelão (82,6%), bebidas (34,3%) e material de transporte (20,8%).

Na mesma direção, o nível de emprego industrial experimentou variação pífia no Paraná em 2005. O contingente ocupado cresceu 1,2%, praticamente a mesma taxa brasileira (1,1%), puxado por divisões leves, mais sensíveis às elevações dos salários reais, como alimentos, vestuário, calçados e couro, e outros ramos mais pesados, como eletroeletrônicos e meios de transporte, ancorados no crédito e na demanda externa. No entanto, ocorreram declínios apreciáveis nos patamares de emprego de atividades ligadas à agricultura e/ou ao câmbio, como têxtil, madeira e combustíveis (tabela 3).

As atividades comerciais de varejo registraram variação negativa de -1,0% do faturamento real no Paraná

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

em 2005, já descontados os efeitos inflacionários, contra expansão de 4,8% para o Brasil. Tal comportamento foi determinado pelo recuo nas vendas de combustíveis e lubrificantes (-2,2%) e hipermercados e supermercados (-7,8%), conforme indicado na tabela 4.

Mais que isso, o comércio paranaense exibiu o segundo pior desempenho do País, à frente apenas do Rio Grande do Sul, que foi penalizado de forma mais acentuada por aqueles fatores de retração. Ainda assim, caberia sublinhar a expressiva variação das vendas de móveis e eletrodomésticos e de equipamentos de escritório e de informática no Estado, que pode ser atribuída à ampliação do crédito, especialmente daquele consignado com desconto em folha, e ao barateamento relativo dos produtos de tecnologia de informação, esse último aspecto

ocasionado pela redução de preço dos componentes devida à desvalorização do dólar.

Por tudo isso, o Produto Interno Bruto (PIB) paranaense demonstrou estagnação em 2005 (crescimento de 0,3%), contra variação positiva de 2,3% para o Brasil.

Apesar das eleições, o cenário para 2006 mostra-se pouco animador, em razão da prolongada seca que já vem comprometendo a produtividade da safra de verão das regiões predominantemente agroindustriais, da queda dos preços mundiais das *commodities*, da provável continuidade da política econômica austera, afetando as decisões de consumo das famílias (cuja inadimplência aumentou) e de investimentos das empresas e os negócios voltados ao mercado internacional, e do esgotamento da capacidade de endividamento primário da população.

TABELA 1 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL PERIODIZADA, SEGUNDO PRINCIPAIS ESTADOS - 2005

ESTADOS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1.º semestre	2.º semestre	Ano
Amazonas	20,2	5,1	12,1
Pará	5,2	2,6	3,8
Ceará	6,1	-7,6	-1,6
Pernambuco	1,9	3,9	3,0
Bahia	2,3	5,8	4,1
Minas Gerais	7,8	5,0	6,3
Espírito Santo	3,2	-0,3	1,4
Rio de Janeiro	1,3	2,7	2,0
São Paulo	6,3	1,6	3,8
Paraná	8,0	-5,3	0,8
Santa Catarina	6,5	-5,5	0,1
Rio Grande do Sul	-3,2	-3,9	-3,5
Goiás	6,9	0,1	3,2
BRASIL	5,0	1,4	3,1

FONTE: IBGE

TABELA 2 - PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS E DAS COMPRAS REAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO GÊNEROS DE ATIVIDADE - 2005

GÊNEROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Vendas	Compras
Minerais não-metálicos	-9,4	3,0
Metalurgia	-0,2	-6,4
Mecânica	-26,6	-31,0
Material elétrico e de comunicações	7,9	-26,0
Material de transportes	9,6	20,8
Madeira	-31,8	-28,4
Mobiliário	-5,9	-10,4
Papel e papelão	10,3	82,6
Couros e peles	-45,2	-33,8
Química	0,9	-5,0
Produtos farmacêuticos	17,0	7,3
Perfumaria, sabões e velas	12,6	7,6
Matérias plásticas	-23,4	-37,0
Têxtil	-23,6	-8,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-9,2	-2,0
Produtos alimentares	1,8	4,8
Bebidas	-8,9	34,3
Editorial e gráfica	-16,8	-36,4
TOTAL	-1,3	2,6

FONTE: FIEP

TABELA 3 - PARANÁ - TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL , SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES - 2005

SEÇÃO E DIVISÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Extrativa	-10,3
Transformação	1,4
Alimentos e bebidas	12,0
Fumo	2,4
Têxtil	-4,5
Vestuário	4,1
Calçados e couro	12,7
Madeira	-13,7
Papel e gráfica	1,1
Refino de petróleo	-3,6
Químicos	-1,9
Borracha e plástico	2,6
Minerais não-metálicos	3,4
Metalúrgica básica	2,2
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	2,6
Máquinas e equipamentos – exclusive elétrico, eletrônico, de precisão e de comunicações	-0,3
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	6,3
Meios de transporte	10,5
Outros	-13,3
BRASIL	1,1

FONTE: IBGE

TABELA 4 - BRASIL E PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS REAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADES - 2005

ATIVIDADES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Brasil	Paraná
Combustíveis e lubrificantes	-7,4	-2,5
Hipermercados e supermercados	2,0	-7,8
Tecidos, vestuário e calçados	5,9	0,9
Móveis e eletrodomésticos	16,0	13,0
Artigos farmacêuticos	6,0	10,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,5	0,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	54,0	79,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	14,8	14,1
TOTAL	4,7	-1,0

FONTE: IBGE

# Determinantes conjunturais e estruturais da expansão das exportações brasileiras

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Superando as expectativas mais otimistas, as exportações brasileiras apresentaram expansão de 22,6% no ano de 2005, atingindo US\$ 118,3 bilhões. Esse resultado, combinado a um aumento um pouco menor das importações (17,1%), garantiu saldo recorde de US\$ 44,8 bilhões na balança comercial, valor que representou incremento de 33,0% em relação ao superávit registrado no exercício de 2004.

Em uma avaliação desagregada, verifica-se que as maiores taxas de crescimento das exportações foram registradas pelos segmentos de materiais elétricos e eletrônicos, derivados de petróleo, minérios metalúrgicos, açúcar e café, com variações de, respectivamente, 63,8%, 58,4%, 53,2%, 48,4% e 42,2% em comparação a 2004. No entanto, as maiores contribuições para a elevação das exportações nacionais, considerando o peso de cada ramo no total das vendas ao exterior, ficaram por conta dos derivados de petróleo, material de transporte e componentes, minérios metalúrgicos, produtos metalúrgicos e materiais elétricos e eletrônicos, segmentos que responderam por 62,1% do aumento absoluto das receitas geradas pelo comércio exterior no ano passado (tabela 1).

Diante disso, pode-se afirmar que o notável desempenho do setor exportador resultou da boa performance dos produtos com maior grau de elaboração, refletindo também o crescimento do comércio das *commodities*. Nesse último caso, não há dúvida quanto à influência das favoráveis condições do mercado internacional, derivadas da forte expansão da demanda de alguns países, com destaque para a China.

Para se ter uma idéia da ampliação do consumo de *commodities*, a exportação global de ferro e aço avançou a uma taxa média anual de 17% no período 2000-2004, segundo estatísticas da Organização Mundial do Comércio (OMC), chegando a atingir variação de 46% em 2004, no confronto com o ano anterior. Portanto, as elevadas taxas de crescimento das exportações brasileiras das referidas mercadorias (da ordem de 18% na média do período 2000-2004 e de 43% no exercício de 2004) apenas acompanharam a trajetória ascendente das vendas mundiais, não havendo alterações significativas em termos de *market share*.

Da mesma maneira, pode-se atribuir a evolução das receitas do ramo petroquímico à propícia conjuntura internacional. Nos últimos cinco anos, de acordo com dados da Energy Information Administration (EIA), o consumo mundial de petróleo cresceu 7,0%, passando

de uma média de 77,7 milhões de barris/dia em 2001 para 83,1 milhões de barris/dia em 2005, com razoável influência da China, cuja demanda saltou de 4,9 milhões para 6,9 milhões de barris/dia (aumento de 39,6%). Já entre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobressaíram os Estados Unidos, com incremento de 5,0% no período 2001-2005.

Em paralelo, os preços internacionais da *commodity* registraram considerável alta, subindo de US\$ 24,46 em 2001 para US\$ 54,57 em 2005 (média das cotações diárias do barril de petróleo tipo Brent), o que representou variação de 123,1%. Logo, os preços foram os principais responsáveis pela pronunciada ascensão das exportações brasileiras e mundiais da mercadoria.

Ademais, deve-se levar em conta que a ampliação das exportações nacionais de petróleo decorreu também do crescimento da produção interna, que atingiu a marca de 596,3 milhões de barris em 2005, aproximando o País da auto-suficiência. Em função das limitações do parque de refino para o processamento do petróleo brasileiro, que apresenta elevado grau de acidez naftênica, a elevação da produção doméstica levou inevitavelmente ao aumento dos embarques do combustível fóssil.

Ainda com relação às *commodities*, cabe ressaltar que alguns produtos agroindustriais tiveram participação relevante na expansão das exportações do País, devido ao favorável quadro internacional. Dentre esses produtos, merecem destaque o açúcar e as carnes, que contabilizaram variações positivas de, respectivamente, 48,4% e 29,9% nas vendas ao exterior em 2005, mesmo diante da valorização da taxa de câmbio. Contudo, há incertezas quanto ao comportamento das exportações do complexo carnes nos próximos anos, em virtude do avanço da gripe aviária.

Além desses fatores expansionistas de ordem conjuntural, é certo que a evolução das exportações brasileiras deriva de um processo estrutural de redirecionamento das empresas ao mercado internacional, desencadeado pela mudança do regime cambial no início de 1999. A partir daí, com a expressiva desvalorização do real e a conseqüente elevação da competitividade dos produtos fabricados no País, as empresas nacionais e transnacionais passaram a destinar parcelas crescentes da produção ao exterior, com o objetivo de

\*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.



reduzir a ociosidade industrial e contornar as limitações do mercado interno, impostas pelas baixas taxas de crescimento econômico.

Como exemplo desse movimento, pode-se citar a indústria de material de transporte, que anotou significativa elevação do seu coeficiente de exportação nos últimos anos, por conta principalmente do lançamento de produtos para os mercados dos países em desenvolvimento, o que propiciou a diversificação dos destinos das vendas externas. Como se sabe, tal estratégia foi viabilizada, entre outros fatores, pela depreciação da taxa de câmbio no período 1999-2003, contando também com as vantagens tarifárias proporcionadas pelos acordos comerciais.

Para evidenciar os bons resultados do segmento, as exportações brasileiras de materiais de transporte avançaram a uma taxa média anual de 19% no intervalo 2000-2004, passando de US\$ 9,4 bilhões para US\$ 19,1 bilhões, ficando muito acima do crescimento médio de 10% das vendas mundiais no mesmo período.

O problema está no fato de que a progressiva inserção externa do setor industrial pode ser interrompida pelo prolongamento da recente tendência de apreciação

da moeda nacional, tornando a expansão das exportações muito mais dependente dos fatores de natureza conjuntural. De forma mais precisa, com a permanência da trajetória de desvalorização do dólar, a ampliação das vendas externas nacionais ficará ainda mais condicionada ao aumento dos preços das *commodities*, exigindo a continuidade das altas taxas de crescimento da economia global. Somente a título de registro, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB mundial deverá crescer 4,3% no ano de 2006, repetindo a variação registrada em 2005, mas ficando abaixo da taxa de 5,1% registrada em 2004.

Nesse sentido, é importante colocar que os preços foram o principal determinante do incremento das receitas geradas pelas exportações em 2005, alcançando variação de 12,2%, acima do crescimento de 9,3% do *quantum* exportado (tabela 2). A reversão em relação aos anos anteriores, quando as exportações foram impulsionadas principalmente pelo *quantum*, sinaliza que a conjuntura do mercado internacional vem sendo preponderante na ascensão das vendas ao exterior, condição que certamente potencializará os efeitos negativos de uma eventual desaceleração da economia mundial.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - 2004-2005

GRUPOS DE PRODUTOS	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VAR. (%)	COMPOSIÇÃO DA TAXA (%)
	2005	2004		
Material de transporte e componentes	19 123 298 911	16 054 202 042	19,1	3,2
Produtos metalúrgicos	12 624 530 446	10 300 678 658	22,6	2,4
Complexo soja	9 476 727 127	10 047 889 935	-5,7	-0,6
Derivados de petróleo	9 077 766 793	5 732 583 106	58,4	3,5
Minérios metalúrgicos	8 024 736 702	5 237 137 903	53,2	2,9
Complexo carnes	7 990 671 090	6 153 638 783	29,9	1,9
Produtos químicos	7 456 625 318	6 012 407 480	24,0	1,5
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	6 935 705 945	5 617 481 769	23,5	1,4
Materiais elétricos e eletrônicos	5 237 855 605	3 197 475 950	63,8	2,1
Açúcar	3 918 828 224	2 640 227 402	48,4	1,3
Calçados e couro	3 537 451 514	3 337 808 081	6,0	0,2
Papel e celulose	3 404 813 059	2 909 130 706	17,0	0,5
Madeiras e manufaturas de madeira	3 031 543 308	3 043 934 156	-0,4	0,0
Café	2 878 731 228	2 024 963 418	42,2	0,9
Produtos têxteis	2 201 853 902	2 079 434 801	5,9	0,1
Fumo e cigarros	1 706 520 228	1 425 762 500	19,7	0,3
Outros grupos de produtos	11 680 610 077	10 660 481 652	9,6	1,1
TOTAL	118 308 269 477	96 475 238 342	22,6	22,6

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DOS PREÇOS E DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 2000-2005

ANO	VARIAÇÃO (%) <sup>(1)</sup>		
	Preços	Quantum	Exportações
2000	3,3	11,1	14,7
2001	-3,5	9,5	5,7
2002	-4,5	8,6	3,7
2003	4,6	15,7	21,1
2004	10,8	19,2	32,0
2005	12,2	9,3	22,6

FONTE: FUNCEX

(1) Em relação ao ano anterior.

# O PIB e os culpados

Gilmar Mendes Lourenço\*

A queda de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no terceiro trimestre de 2005 acirrou o debate e as tensões acerca do programa econômico, dentro e fora do governo, renovado um pouco antes com as contestações ao exagerado superávit primário proferidas pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, reforçado por manifestações de posições contrárias ao *status quo*, e contrabalançado por argumentações de alas pró-governo, impregnadas de conceitos como elemento-surpresa e falta de reformas de base.

Sem o menor constrangimento, o *staff* do Banco Central (BC) tentou livrar-se do fardo representado pela política de juros altos, imputando a retração da economia a erros metodológicos cometidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na mensuração da intensidade de variação negativa daquele agregado, particularmente nos ajustes sazonais e na distribuição da produção agrícola ao longo do ano.

Na mesma linha, o presidente do BC, Henrique Meirelles, ao defender a postura do BC, invocou a existência de uma campanha sistemática dos adversários do governo a favor do retrocesso e da ruína dos esforços de contenção da inflação e do déficit público, e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, rotulou o desempenho de julho-setembro como “um ponto fora da curva” de recuperação da economia traçada desde o segundo semestre de 2003, resultado de circunstâncias de difícil repetição.

Em contraposição, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, ligou o recuo do PIB ao “excesso de zelo do Banco Central”, e o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, voltou a responsabilizar a prolongada e pronunciada apreciação cambial como causa da perda de embalo das exportações.

De pronto, é interessante assinalar que a taxa de crescimento do PIB resume os indicadores do nível de atividade de um sistema econômico, funcionando como um termômetro das condições gerais dos elementos mais sensíveis às flutuações cíclicas do lado real da economia. Sua determinação no Brasil é realizada trimestralmente pelo IBGE, com base em procedimentos técnicos recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de minucioso levantamento e sistematização de informações primárias e secundárias apuradas ou apropriadas por aquela instituição.

O cumprimento dessa tarefa vem exigindo do IBGE permanente aprimoramento do exercício de medição dos agregados econômicos, o que contribui para a obtenção de avanços da pesquisa científica na área, a compreensão mais adequada das tendências de curto prazo do aparelho produtivo e o auxílio ao processo de tomada de decisão pública e privada.

Ao BC caberia a estimativa do PIB em dólares, por meio da conversão dos valores nominais pela paridade do poder de compra (PPC) da moeda nacional frente a uma cesta de moedas dos países que mantêm maior intercâmbio comercial com o Brasil, procedimento empregado pelo Banco Mundial para todas as nações.

No entanto, o BC deixou de fazer (ou ao menos de divulgar) esse trabalho, dada a priorização da execução da política monetária e da intransigente mira no “centro da meta” de inflação, traduzindo a postura defensiva e equivocada da gestão macroeconômica, dirigida ao combate da inflação de custos e/ou de preços administrados, por via da contração da demanda agregada, especificamente do consumo privado e dos investimentos públicos.

A principal parcela do consumo em expansão corresponde àquela vinculada ao crédito consignado em folha, às alianças entre bancos e redes de varejo e ao aumento dos cartões de crédito e de lojas, exibindo reduzidos lastros com os níveis de renda. Ainda assim, o volume de crédito disponibilizado para o sistema econômico no Brasil, ao redor de 30% do PIB, encontra-se bastante aquém da média das nações emergentes e avançadas (cerca de 100,0% do PIB), sendo seu preço no varejo de aproximadamente quatro vezes acima dos padrões internacionais (60,0% ao ano *versus* 15,0% a.a.).

Nessas condições, afirmar que a diminuição do PIB derivou do superdimensionamento do peso da agropecuária e da crise política é ignorar os componentes estacionais do panorama conjuntural da economia do

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

País, evidenciado pela predominância da agropecuária e da indústria no primeiro semestre e terceiro trimestre, respectivamente.

De um lado, o círculo virtuoso representado pela costumeira operação à plena carga do setor manufatureiro, entre os meses de julho e setembro, visando ao suprimento das encomendas do comércio para as vendas de fim de ano, foi rompido pela *overdose* de juros do BC. As quedas nominais no preço do dinheiro vêm acontecendo em doses pouco expressivas, como demonstração do poder de fogo da autoridade monetária ante as pressões de natureza política.

Durante o terceiro trimestre, o nível de atividade da agropecuária recuou 3,4%, em conseqüência das reduções verificadas nas safras de café, trigo e laranja, a produção industrial diminuiu 0,7% e as vendas industriais caíram 0,66%, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), devido à excessiva e indesejável retenção de estoques, ligada ao curso cadente de praticamente todos os elementos da equação da utilização final.

De outro lado, a despeito da propagandeada blindagem da economia diante das incertezas e dos acontecimentos na área política, estes contribuíram para a exacerbação das expectativas negativas dos agentes, produzida pelo conservadorismo da orientação econômica, centrado na austeridade monetária, fiscal e cambial, que vem minando as chances de reerguimento do mercado interno e comprometendo o prosseguimento do dinamismo das exportações.

O exemplo patético e prático desse constangimento foi o retorno do desemprego em pólos exportadores, como os calçadistas de Franca e Sapiroanga e o moveleiro de São Bento do Sul. O total de trabalhadores demitidos em 2005 nos três municípios ultrapassou 12 mil, equivalente a cerca de 5,0% das vagas criadas pela indústria do País no mesmo ano. Houve também o anúncio do fechamento da fábrica de calçados Azaléia no Rio Grande do Sul, provocando o desligamento de 800 pessoas. Segundo a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), a rentabilidade das vendas do Brasil ao exterior declinou 12,0% em 2005, o pior resultado desde 1993.

Não por acidente, o Brasil vem perdendo terreno no mercado consumidor dos países avançados, experimentando queda de participação em mercados estratégicos, absorvedores de produtos com maior valor agregado. É o caso dos Estados Unidos (EUA) e da União Européia, que recuaram sua fatia nas exportações totais do País de 51,0%, em 2002, para 42,0% em 2005, devido à diversificação dos mercados e à valorização do real. Enquanto as vendas externas brasileiras para os EUA e a União Européia cresceram 12,0% e 10,0%, respectivamente, em 2005, as da China e Índia aumentaram 26,0% e 19,0%, para os EUA, e 24,0% e 18,0% para a União Européia no mesmo exercício.

Outro efeito negativo do câmbio apreciado corresponde ao montante recorde das remessas de lucros e dividendos das multinacionais ao exterior em 2005, atingindo US\$ 12,7 bilhões, superando em 73,0%

a cifra registrada em 2004, em virtude da ampliação da lucratividade derivada da possibilidade de obtenção de maior massa de dólares com a mesma quantidade de moeda nacional.

---

*Um efeito negativo pouco destacado do câmbio apreciado foi o montante recorde das remessas de lucros e dividendos das multinacionais ao exterior em 2005*

---

Nesse sentido, as interferências negativas de aspectos políticos no curso da economia deveriam induzir o BC à adoção de medidas de flexibilização, como o corte mais acentuado dos juros, já plenamente justificado pela excessiva sobrevalorização do real e pela multiplicação dos fluxos de capitais especulativos na direção do Brasil, explicados pelo enorme diferencial entre os juros internos e os internacionais.

Mais que isso, os juros reais chegam a 13,0% ao ano no Brasil contra 6,1% no México e 6,0% na Turquia, segundo e terceiros colocados, respectivamente, no *ranking* mundial, e levam o BC a efetuar custosas compras de dólares no mercado, no afã de impedir maior apreciação cambial. Presentemente, o Brasil é a exceção à regra da relação inversa entre transações correntes e juros envolvendo as nações desenvolvidas e emergentes.

Na realidade, o BC tem fechado os olhos para um autêntico colapso do desenvolvimento brasileiro e de seu estilo de financiamento, que precisa ser enfrentado e superado, por meio da recuperação associada do planejamento, do papel indutor do Estado e do desbloqueio da capacidade de investimento e de poupança pública, dirigidos à atualização da infraestrutura econômica e seu poder de arraste sobre os segmentos de insumos básicos e de bens de capital, elementos destruídos desde a invasão neoliberal promovida, facilitada ou aceita pelos governos Collor, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula.

A propósito, dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) revelam que a média anual do valor dos investimentos efetuados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), pelo Governo Lula, deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), correspondeu a 92,7%, 72,2%, 70,0%, 67,3% e 66,2%, respectivamente, das aplicações realizadas durante os governos Figueiredo (1979-1984), FHC (primeiro mandato, 1995-1998), Collor/Itamar (1990-1994), Sarney (1985-1989) e FHC (segundo mandato, 1999-2002), atestando a fragilidade do gerenciamento orçamentário no Brasil.

De acordo com levantamentos do Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (Denit), 40,0% e 30,0% das rodovias federais brasileiras estão em mau e regular estado de conservação, respectivamente. O cardápio de obras lançado pelo governo, no final de 2005 e começo de 2006, expressa, de um vértice, uma autêntica operação tapa-buracos, sem qualquer articulação relevante com o Programa Plurianual de Aplicações (PPA) anunciado em 2003, e, de outro, a

paralisa das Parcerias Público-Privadas (PPPs), em decorrência do não oferecimento de um marco regulatório capaz de assegurar a diminuição de riscos para a atuação da iniciativa privada.

Em 2005, entre os dez grupos empresariais que registraram o maior lucro em vinte anos no Brasil, figuram a Petrobrás, duas empresas exportadoras de minério de ferro (Vale do Rio Doce e Caemi), em virtude do crescimento da demanda e dos preços internacionais, duas concessionárias de serviços públicos (Cemig e Telemar Norte Leste) e três bancos (Bradesco, Itaú e Banco do Brasil). Vale realçar que o Bradesco alcançou, no ano passado, o maior lucro da história de um banco na América Latina (R\$ 5,5 bilhões ou 80,2% acima do registrado em 2004).

Nessa ordem de idéias, a redução da desigualdade social, constatada recentemente com a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, referente ao ano de 2004, deve ser interpretada com cautela por traduzir um processo de transferência de renda das classes média e alta para a população mais pobre, mediante a conjugação entre elevação da tributação e compressão do lucro dos atores privados, tangenciada por um ambiente de agudização das restrições ao acréscimo na massa de salários e da disseminação de práticas assistencialistas por meio dos programas oficiais de distribuição de renda, como o Bolsa-Família e o aumento real do salário mínimo.

Também conforme a PNAD, cerca de 40 milhões de brasileiros (11 milhões de empregados formais, 8 milhões de trabalhadores autônomos, 5 milhões de domésticos e 16 milhões de segurados do INSS) possuem rendimentos vinculados ao salário mínimo.

Na trajetória temporal compreendida entre 1996 e 2004, foi possível observar a criação de oportunidades de trabalho com menores remunerações e exigências em qualificação, o que oportunizou um nivelamento por baixo do perfil de geração e apropriação de renda pelas diferentes categorias do mercado de trabalho. Especificamente no exercício de 2004 houve interrupção da marcha cadente do rendimento médio dos trabalhadores (queda de quase 20,0% entre 1996 e 2003), que não denota alteração estrutural de disparidade pessoal de renda no País.

Por certo, a fração da população brasileira considerada indigente e pobre caiu de 10,0% e 35,6%, respectivamente, em 2003, para 8,0% e 33,2%, respectivamente, em 2004. Ademais, a renda dos 10,0% mais pobres sofreu incremento de 11,0% contra queda de 1,3% dos 10,0% mais ricos da população. Porém, os 10,0% mais pobres estão cada vez mais presos às iniciativas oficiais, pois o peso dos seus rendimentos provenientes do trabalho caiu de 90,0%, em 1985, para 48,0% em 2004.

Em outras palavras, os programas compensatórios se transformaram na principal fonte de renda de parcela expressiva das famílias pobres, estando bastante distantes de representarem o papel de mecanismos de mobilidade social por aparecerem desacompanhados de outras políticas públicas mais consistentes visando ao

rompimento dos estados de miséria. O Bolsa-Família absorveu apenas 1,5% dos dispêndios sociais totais em 2005, ou menos de 0,4% do PIB.

---

*Os programas compensatórios se transformaram na principal fonte de renda de parcela expressiva das famílias pobres brasileiras*

---

A título de ilustração, a carga tributária saltou de menos de 30,0% do PIB em 1995 para cerca de 37,0% em 2005, enquanto os gastos com investimentos públicos caíram de 3,0% para 2,3% do PIB, os dispêndios primários aumentaram de 20,0% para 23,0% do PIB e a dívida pública passou de 30,0% para 52,0% do PIB no mesmo período. Para 2005, dos R\$ 16,0 bilhões em investimentos projetados pelo Orçamento da União, 72,0% foram empenhados e apenas 34,0% executados.

É curioso notar que as despesas públicas não-financeiras subiram de 31,0% para 35,0% do PIB entre 2000 e 2005, fruto da expansão dos gastos previdenciários atrelados ao incremento real do salário mínimo (SM). Só em 2005, a variação do valor dos benefícios com aposentadoria foi de 8,6%, sendo que duas terças partes deles são diretamente ligadas ao SM.

O mais gritante, porém, é que a performance da economia brasileira continua bastante aquém do panorama mundial, movido por abundância de liquidez, praticamente repetindo o padrão dos anos 1990, afetado pelo rompimento com o crescimento do decênio dos 1980 e marcado pela ocorrência de estágios de recuperação sucedidos por crises.

A diferença é que enquanto naquela década e no começo dos anos 2000 os ciclos de expansão eram interrompidos pela eclosão de instabilidades externas, que atingiam em cheio a conta de capitais, presentemente os abortos na reativação derivam de episódios domésticos.

Assim, o PIB deve registrar expansão de média de 2,9% a.a. no transcorrer da administração Lula, contra 4,5% da economia mundial e 2,3% a.a. na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em perfeita sincronização com a tese corrente de PIB potencial de 3,5% a.a., uma espécie de teto para a expansão econômica sem pressões inflacionárias, diante dos embaraços à ampliação da capacidade de oferta em curto prazo, justificados pelas reduzidas taxas de investimento em infra-estrutura e insumos básicos.

Só que a argumentação de que o hiato do produto, representado pela diferença entre capacidade produtiva teórica (incluindo estoque de capital, mão-de-obra, produtividade e as inversões em maturação) e efetiva do sistema econômico, é bastante estreito no Brasil, vem reforçando a natureza intocável de uma política econômica que favorece a alocação dos haveres na direção das aplicações nos mercados financeiros.

Segundo estimativas da Comissão de Estudos para a América Latina e o Caribe (Cepal), enquanto o PIB dos países em desenvolvimento cresceu 5,6% em 2005, o da região situou-se em 4,2%, liderado por

Venezuela (9,0%), Argentina (8,5%) e Uruguai, Chile e Peru (6,0%). Como se vê, o Brasil é o verdadeiro ponto fora da curva, abdicando da chance de acompanhar a trajetória internacional, reforçada pela sinalização do FED (Banco Central dos EUA), de interromper a marcha ascendente da Federal Funds Rate, semelhante à Selic brasileira, que subiu de 1,0% ao ano em junho de 2004 para 4,25% ao ano em dezembro de 2005.

---

*O Brasil é o verdadeiro ponto fora da curva, abdicando da chance de acompanhar a trajetória internacional de crescimento*

---

A desativação da bomba anticrescimento depende menos de contenção de dispêndios públicos correntes e/ou de impulsão dos saldos fiscais primários, como advoga parcela dos analistas e das autoridades, e mais de ousadia na redefinição dos pilares macroeconômicos e na reconstrução do capital político por parte do governo para a criação de um ambiente adequado e estável para as escolhas microeconômicas estratégicas.

Nesse ponto, é interessante mencionar que recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) levantou que apenas 38,0% de uma amostra de 105 empresas industriais pretende realizar novos investimentos em 2006, contra projeção de 52,0% no final de 2004. Mais que isso, segundo o IBRE, a demanda interna contida estaria inibindo as importações de bens de capital mesmo com o barateamento provocado pelo câmbio.

Por isso, o Executivo necessita de estatísticas, diagnósticos e pressões que o levem a mudar a política econômica (e não apenas a sua gestão, como querem alguns críticos de última hora) e a montar uma “engenharia da expansão” destinada a recolocar o País no rumo da modernidade com inclusão social, por meio do acerto do prumo dos juros, do custo do capital, do câmbio, dos salários, da legislação trabalhista, dos tributos, da infra-estrutura, dentre outros componentes da estrutura de preços relativos.

O fato de os gastos com juros terem ultrapassado a cifra de R\$ 157,0 bilhões em 2005, ou 8,1% do PIB – acima dos R\$ R\$ 128,0 bilhões de 2004, ou 7,3% do PIB –, comprova o caráter inócuo do esforço fiscal de 4,8% do PIB (superávit primário de R\$ 93,5 bilhões) na diminuição da dívida e na restauração das bases para o aumento da demanda agregada, sobretudo do investimento em capital social básico. Cumpre frisar que pesquisa do jornal *Times* colocou a melhor universidade brasileira na 196.<sup>a</sup> posição no mundo, e investigação feita pelo Programme for International Student Assessment (Pisa) classificou o País na última posição (em um universo de 40) em testes de matemática.

Nessas circunstâncias, a decisão oficial de desembolso de US\$ 15,5 bilhões e de US\$ 2,5 bilhões das reservas cambiais para antecipação da quitação das dívidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI)

e ao Clube de Paris, respectivamente, foi recebida de forma efusiva tanto pelos mercados quanto pelos petistas históricos, dada a viabilização da redução do risco e do custo País e da bandeira “fora FMI” (depois de três acordos firmados com aquela instituição entre 1998 e 2002, ensejando a disponibilização de US\$ 57,0 bilhões), às vésperas de um ano eleitoral com propensão à complexidade.

A propósito, as operações realizadas pelo governo para a diminuição do endividamento externo e da exposição cambial da dívida pública em 2005, por meio da compra/acumulação de reservas e do resgate de papéis, representaram a simples troca de passivos em dólares, amortizados a taxas entre 7,0% e 8,0% a.a., por internos, rolados a 17,0% a.a. em média, o que implicou elevação da dívida pública interna em R\$ 73,0 bilhões, o equivalente a 3,8% do PIB.

Assim, o nível de reservas internacionais do País subiu de US\$ 25,0 bilhões em dezembro de 2003 para US\$ 57,1 bilhões em fevereiro de 2006, e o estoque da dívida do setor público caiu de US\$ 120,0 bilhões para US\$ 83,0 bilhões no mesmo intervalo.

No entanto, deixando de lado as peças de retórica, baseadas no controle da inflação e na redução da relação dívida externa/exportações para 1,7 em 2005 contra 5,0 em 1999, o Brasil ainda padece de fundamentos macroeconômicos sólidos, em razão da elevada relação dívida pública (incluindo a interna)/PIB (superior a 50,0%) e do reduzido crescimento econômico, fatores que o posicionam dois degraus abaixo do grau de investimento (*investment grade*), conferido pelas agências internacionais de avaliação de risco a países considerados capazes de honrar seus compromissos financeiros externos.

O não encaminhamento de resolução para tais problemas deve resultar em crescimento econômico moderado em 2006, amparado na continuidade da recuperação do consumo privado (emprego, salários e crédito) e na injeção líquida de recursos públicos (das diferentes esferas de administração) no sistema, em virtude do calendário eleitoral, magnificada pela inauguração dos buracos tapados.

A reativação da produção industrial ocorrida no mês de dezembro deve ser interpretada como um fenômeno pontual, explicado pela recomposição de estoques, comprimidos desde o final do terceiro trimestre diante da deterioração das expectativas quanto ao comportamento da demanda no restante do ano de 2005 e no começo de 2006.

Quando o IBGE constatou expansão de 1,5% do PIB no quarto trimestre de 2003, o presidente do BC, Henrique Meirelles, encarregou-se de anunciar incremento anualizado de 6,0% e fornecer munição ao “espetáculo de crescimento” profetizado pelo presidente da República. Curiosamente, na ocasião, não havia qualquer restrição de natureza metodológica nos números apresentados – “O que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde”. Atitudes como essa já derrubaram ministros no Brasil.

# Determinantes da crise do agronegócio

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

É praticamente generalizado o diagnóstico de que o agronegócio brasileiro está atravessando um momento de forte compressão de rentabilidade financeira, a despeito da residual performance positiva de atividades como cultivo da cana-de-açúcar e laranja, favorecidas por aspectos específicos, como a substancial elevação do consumo de álcool, vinculada ao aumento da demanda por veículos *flex*, a elevação das cotações do petróleo e a quebra da safra americana de cítricos.

A regra geral delinea contornos de crise de liquidez na agropecuária, com influências negativas em distintas cadeias produtivas, o que deve provocar a interrupção, por um período relativamente prolongado, dos movimentos de expansão das fronteiras físicas de produção e de novos investimentos em ampliação da capacidade produtiva e/ou melhoria de eficiência e competitividade setorial.

Os fatores explicativos do colapso dos negócios direta e indiretamente articulados à área rural – que resultou em perdas de R\$ 21,0 bilhões em 2005, estimadas pelo próprio Ministério da Agricultura e corroboradas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – possuem raízes climáticas, conjunturais e estruturais.

Pelo vértice climático emergiram duas secas consecutivas (2004 e 2005), ocorridas no Centro-Sul do País, afetando drasticamente a quantidade colhida e a produtividade das lavouras de grãos dos principais estados produtores (Paraná e Rio Grande do Sul) e provocando prejuízos a montante (máquinas, implementos e insumos) e a jusante (processamento industrial) dos encadeamentos produtivos.

Pelo ângulo conjuntural apareceram os efeitos da dobradinha formada por juros altos e câmbio baixo, embutida na estratégia macroeconômica do governo federal, em meio a um cenário de recuo dos preços mundiais das *commodities* agrícolas – sobretudo de soja, ocasionado pela ampliação da safra norte-americana, deprimindo as margens operacionais das atividades exportadoras, por meio da elevação dos custos financeiros e da redução da receita em reais com a conversão dos dólares oriundos das vendas externas.

Contudo, os reflexos das intempéries climáticas e da orientação econômica serviram apenas para desnudar o vetor de estrangulamentos estruturais, ou os elementos constitutivos da ausência de uma visão oficial de longo prazo para o agronegócio, retratada na clara sinalização

de rápida continuidade do afastamento do Estado de um setor extremamente volátil, dominado por ciclos de produção e de transações extremamente curtos.

---

## *Os reflexos das intempéries climáticas e da orientação econômica serviram apenas para desnudar o vetor de estrangulamentos estruturais do agronegócio brasileiro*

---

Mais precisamente, é impossível enxergar empenho das autoridades na derrubada das barreiras orçamentárias erguidas para o cumprimento da política de preços mínimos e a disponibilização dos recursos financeiros preferenciais, inclusive o seguro agrícola. O cenário de deterioração do poder de autofinanciamento dos produtores e de captação de recursos subsidiados do crédito rural pode ser comprovado pelo declínio dos valores liberados para custeio e investimento agrícola de 30,0% e 40,0%, respectivamente, em 2005, quando confrontados com os desembolsos realizados em 2004, atribuído principalmente à alocação de cifras para a cobertura de atrasos de dívidas contratadas nos anos anteriores pelos produtores.

Cabe sublinhar, também, a impulsão das despesas logísticas, diante do acréscimo nos preços internacionais do petróleo e do sucateamento da infraestrutura de transportes, e o descaso com o *dumping* internacional praticado principalmente por Estados Unidos e União Européia. Ainda nesse conjunto de restrições, sobressaem outras deficiências na retaguarda setorial, especialmente em defesa sanitária, não regulamentação da lei de biossegurança e dos produtos geneticamente modificados.

O aparecimento dos casos de febre aftosa nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná reproduz exemplos patéticos e práticos da situação de abandono

---

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

do segmento rural brasileiro na arena dos famintos mercados competitivos, sem a ativação de mecanismos públicos de proteção (como ocorre rotineiramente nas nações avançadas).

O abalo na imagem do País no ambiente internacional, provocado pelas distorções fitossanitárias, contaminou a demanda de carne bovina e atingiu os mercados de suínos e aves, que exibiam uma conjuntura de preços favoráveis e de diminuição de despesas, vinculadas à redução do custo das rações. Mais de 50 países fixaram embargos às carnes brasileiras desde o surgimento dos focos.

Por tudo isso, segundo estimativas do mercado, o agronegócio brasileiro amargou queda de receita superior a 10,0% no exercício de 2005, o que implicou redução das decisões de plantio e de emprego de tecnologia nas lavouras para o ano agrícola de 2005/2006, principalmente de fertilizantes, agudizando os desdobramentos dos problemas climáticos. As previsões correntes dão conta de diminuição de 5,0% na área cultivada, 20,0% na comercialização de fertilizantes e defensivos e de 40,0% na venda de máquinas e equipamentos. Só a título de exemplo, a comercialização de aviões agrícolas da empresa Neiva, subsidiária da Embraer, caiu 52,0% em 2005.

No Paraná, estado responsável por um quarto da produção nacional de grãos, a estiagem provocou diminuição de 17,4% na safra, devendo atingir 18,05 milhões de toneladas, contra previsão de 21,85 milhões, e ocasionar prejuízos de no mínimo R\$ 1,4 bilhão, que podem inclusive superar os R\$ 4,5 bilhões contabilizados no ano passado. A esse respeito, convém observar que o faturamento e os investimentos das cooperativas, elo detentor de maior capacidade financeira na cadeia do agronegócio regional, acusaram queda de 8,3% e 23,0% em 2005, respectivamente.

Tal cenário justifica, de forma plena, os pleitos manifestados pelos produtores rurais junto ao governo federal, no sentido da adoção de providências emergenciais como a dilação do prazo de pagamento dos financiamentos de custeio por cinco anos, com dois de carência, a disponibilização de recursos para cooperativas e fornecedores de bens de produção que realizaram empréstimos a produtores rurais, a abertura das novas linhas de crédito e a revitalização do instrumento conhecido como política de preços mínimos.

Essencialmente, a crise do agronegócio reproduz a disposição do governo de construir uma espécie de segundo estágio da âncora verde da estabilização macroeconômica, sendo que o primeiro teve duração prolongada, começando em 1994 e terminando em janeiro de 1999, com a desvalorização do real e a instituição do câmbio flutuante.

Desde então, apesar do arsenal de defesas montado pelos produtores agrícolas e agroindustriais brasileiros, reforçado pela depreciação cambial ocorrida em 2002 – o que resultou, por exemplo, na dominação dos mercados mundiais de carnes –, a falta de um arcabouço institucional de longo termo, capitaneado pelo poder público, vem tornando o agronegócio do País presa fácil das armadilhas do clima e dos mercados.

Parece tão simples, mas os produtores precisam apenas de estabilidade, transparência e garantia do cumprimento das regras do jogo por parte do Estado. Da porteira ou da porta da fábrica para dentro, tudo se resolve. Mas, com a cotação do dólar abaixo de 2,70 reais, o Brasil está abdicando da possibilidade de consolidação da condição de maior exportador mundial de alimentos, por conta não apenas da insuficiente geração de renda para a utilização final em investimentos, como também da não cobertura dos dispêndios operacionais com máquinas, insumos e mão-de-obra.

# O preço do álcool e os oligopólios

Gilmar Mendes Lourenço\*

Os meios especializados conferiram enorme importância ao fato de o acordo selado em janeiro de 2006 entre governo e usineiros, reduzindo o preço do álcool anidro de R\$ 1,08 para R\$ 1,05 por litro para os distribuidores, não ter atingido as bombas dos postos de revenda de combustíveis. Não bastasse essa distorção, o acerto foi seguido pela elevação dos preços do produto ao consumidor em todo o País e, por fim, rompido pelos produtores no mês de fevereiro.

Evidentemente, trata-se de assunto bastante complexo, envolvendo tanto interesses conflitantes, ao longo de uma abrangente cadeia produtiva – pulverizada na base e na ponta, constituídas por produtores e revendedores, respectivamente, que apresentam diferentes escalas de produção e estruturas de custo, e concentrada no elo intermediário, dominado pelos distribuidores –, quanto os propósitos macroeconômicos de preservação da estabilidade inflacionária, especialmente no transcorrer do ciclo eleitoral.

Convém ter presente que é bastante comum a constatação de oscilações, sobretudo a subida, do preço do álcool na época do ano conhecida como entressafra. Contudo, a compreensão e a solução adequada do problema requerem o entendimento prévio de um conjunto de fatores explicativos da extraordinária escalada de preços, ocorrida no segundo semestre de 2005 e no começo de 2006, superior a 30,0%, e da sua resistência à baixa no varejo.

Frise-se que a trajetória ascendente dos preços do álcool provocou o rompimento da faixa de vantagem econômica para o emprego desse combustível frente à gasolina, entre 60,0% e 70,0% do valor de comercialização desta, conforme o tipo de veículo e motor. De acordo com levantamentos realizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Universidade de São Paulo (USP), em apenas oito estados brasileiros o consumidor estaria economizando ao abastecer veículos com álcool. São eles: Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins.

Na verdade, a marcha de ascensão de preços pode ser imputada à combinação de elementos de oferta e demanda. O primeiro deles compreende a estagnação da produção de cana-de-açúcar, por conta do envelhecimento de parcela dos canaviais e da estiagem que assolou as lavouras do Centro-Sul e afetou o rendimento físico da cultura.

O segundo vetor altista equivale ao aquecimento da demanda e dos preços do açúcar nos mercados internacionais (220,0% em dois anos), reforçada com a vitória brasileira junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios concedidos pela União Européia, o que provocou o deslocamento de parte da matéria-prima para a fabricação de açúcar em detrimento da de álcool. Ressalte-se o saldo verificado nas exportações de álcool, que passaram de 300,0 milhões de litros em 2002 para 2,4 bilhões de litros em 2005, representando 15,0% do total produzido.

O terceiro ponto abarca a impulsão da produção e a disseminação da utilização de veículos com motores movidos tanto a álcool quanto a gasolina, conhecidos como *flex*, que respondiam, em dezembro de 2005, por 75,0% da oferta e 10,0% da frota. O quarto aspecto retrata a ampliação do emprego de álcool anidro na composição da gasolina de 20,0% para 25,0%. A quinta razão refere-se ao combate à adulteração, viabilizado pela determinação de adição de corante laranja ao anidro (isento de ICMS), por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Por fim, a sexta alavanca exprime o componente estacional configurado na entressafra que, somada ao efeito demanda mundial, justifica os aumentos dos preços do açúcar no mercado doméstico.

Nessas circunstâncias, a indagação que surge diz respeito à pertinência do pacto firmado entre o executivo federal e os produtores de álcool. À primeira vista, a iniciativa soa desprovida de consistência técnica, ao tentar ressuscitar mecanismos de controle de preços em um sistema que praticamente se libertou desse tipo de amarra desde 1994, com lançamento do real e o desmonte de parte expressiva dos instrumentos de indexação.

A mensagem transmitida pelo acordo contempla a busca de estabelecimento de um preço-piso, que o próprio mercado formaria em fins do primeiro semestre, por ocasião da entrada da safra do corrente ano. Tanto é assim que o

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.



acerto previa iniciativas de antecipação de oferta da produção do ano agrícola 2006-2007 pelos produtores.

---

*O acordo celebrado entre usineiros e governo simplesmente ignora a estrutura de mercado oligopolizada na área de distribuição de álcool no Brasil*

---

Nessa perspectiva, o acordo revela-se absolutamente inócuo. Se os preços fixados forem inferiores aos níveis de rentabilidade exigidos pelos produtores, ou o próprio sistema efetuará o ajuste, mediante o descumprimento das regras estipuladas, o que parece ser o caso, ou ocorrerá uma retração das decisões de investimentos, comprometendo estruturalmente a oferta potencial do produto.

Por certo, a resposta pontual para a falta de sincronia entre a curva dos preços nas usinas e nas bombas poderia ser encontrada no fluxo de produtos contratados no período imediatamente anterior à vigência do acordo. Porém, o fator determinante do não repasse da redução dos preços nas usinas pode ser representado pela estrutura de mercado oligopolizada do segmento de distribuição, controlado por um reduzido número de grandes empresas estrangeiras e nacionais, que perseguem o aumento, ou ao menos a manutenção, de suas margens, independentemente das condições de mercado.

Por serem acompanhadas de forma pouco rigorosa pelas instituições encarregadas da preservação do equilíbrio concorrencial em economias abertas, as companhias distribuidoras exercem pressões especulativas sobre os diferentes elos da corrente de negócios,

potencializando a seu favor o conflito entre a não-competição, predominante na base, e a competição, expressa no varejo.

Daí que o intervencionismo estatal na cadeia sucroalcooleira e a neutralização, ou até a eliminação, das abruptas variações de preço do álcool em intervalos de tempo relativamente curtos impõem priorização quase que exclusiva à formação de estoques reguladores, financiados com os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), instituída em 2001 também com esta finalidade e que representa R\$ 0,29 por litro de gasolina.

Do contrário, o País poderá reviver novo cenário de desconfiança, como aquele prevalecente nos anos 1990, que, carregado de incertezas quanto à garantia de abastecimento de álcool, ensejou drástica redução da produção de carros a álcool, que passaram de 90,0% da oferta total na década de 1980 para menos de 1,0% entre 1996 e 1998.

Nesse terreno, sugestões e/ou providências como a zeragem das alíquotas dos impostos de importação e/ou a nova diminuição da proporção de mistura do anidro na gasolina, novamente de 25,0% para 20,0% (que era de 12,0% no lançamento do Proálcool em 1975), mostram-se ineficazes, esbarrando, no primeiro caso, na competitividade brasileira situada em patamares bastante superiores à média internacional e, no segundo, na exacerbação das inquietações quanto à estabilidade nas regras, essencial ao delineamento de horizontes de longo prazo. De concreto, a diminuição da mistura do álcool na gasolina deve ocasionar apenas a ampliação da oferta de álcool em 20,0% (de 500,0 para 600,0 milhões de litros por mês) e a impulsão do preço da gasolina.

# A matriz energética brasileira e o aproveitamento das fontes renováveis\*

Alan Ianke dos Santos, Leonardo Marcon Weber e Thaís Zilio Testi Moreira\*\*

O presente texto objetiva apresentar uma sucinta avaliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética brasileira. Também serão abordadas as perspectivas de expansão de algumas dessas fontes, em um contexto de crescente interesse mundial pela substituição dos combustíveis de origem fóssil.

Inicialmente, pode-se definir a energia renovável como aquela que é obtida a partir de fontes naturais, sendo disponibilizada de forma cíclica. Além de reduzir a dependência em relação às fontes tradicionais, uma maior utilização da energia renovável proporciona grandes benefícios ambientais, abrindo espaço, também, para o desenvolvimento tecnológico e a produção de novos conhecimentos na área energética.

O Brasil apresenta expressiva participação das fontes renováveis na matriz energética, obtendo larga vantagem em relação aos países desenvolvidos (tabela 1). Enquanto nos países industrializados a participação da energia renovável atinge 6,0% (dados relativos a 2003), no Brasil o percentual alcança 46,9%. Tal fato decorre, dentre outros fatores, da pequena utilização da energia nuclear e da significativa participação da biomassa e da hidroeletricidade na oferta total de energia do País.

TABELA 1 - OFERTA TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA NO BRASIL E NOS PAÍSES DA OCDE - 2003

FONTE DE ENERGIA	PARTICIPAÇÃO (%)	
	Brasil	OCDE
Energia não-renovável	53,1	94,0
Petróleo e derivados	42,1	40,7
Gás natural	8,5	22,0
Carvão mineral	1,0	20,5
Nuclear	1,5	10,7
Energia renovável	46,9	6,0
Hidroeletricidade	14,3	2,0
Biomassa <sup>(1)</sup>	29,5	3,3
Outras renováveis	3,1	0,7

FONTES: MME, AIE

(1) No caso do Brasil, inclui lenha e produtos da cana-de-açúcar.

Com o objetivo de aumentar ainda mais a participação das fontes renováveis, o governo federal tem desenvolvido diversas iniciativas nos últimos anos, com destaque para o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), o Programa

Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem), gerenciados pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A meta do Proinfa é produzir 3.300 MW de energia elétrica por meio das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), da geração eólica e da biomassa.<sup>1</sup> Os investimentos nas PCHs justificam-se pelo grande potencial hídrico ainda não explorado no Brasil e pelo baixo impacto ambiental, considerando que a área do reservatório não pode ultrapassar 3 km<sup>2</sup> em períodos de cheia.

Em 2003, a hidrogeração foi responsável por 82% da oferta de energia elétrica, sendo que 2% foram gerados pelas PCHs.<sup>2</sup> Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 201 projetos de PCHs foram aprovados desde 1995, com potência nominal estimada em 2.853 MW.

Já com relação à energia eólica, há um bom potencial a ser explorado em algumas regiões do País. Hoje, a potência instalada é de 26,8 MW, com possibilidade de crescer 4,1%, caso seja atingida a meta fixada pelo Proinfa.<sup>3</sup>

Quanto à biomassa, a principal opção é a geração de energia pelas indústrias sucroalcooleiras. Como se sabe, as usinas brasileiras são, em sua maioria, auto-suficientes em energia, pois utilizam sistemas de geração internos baseados na queima do bagaço da cana.

Atualmente, o álcool combustível e a energia elétrica obtida pela queima do bagaço da cana respondem por 15,4% da oferta interna de energia, participação relativa ao ano de 2004.<sup>4</sup> É de conhecimento geral que há um grande potencial de crescimento para o álcool, tanto no mercado interno quanto no externo. No Brasil, os carros bicombustíveis já representam mais de 70% dos automóveis comercializados, havendo nítida tendência de aumento com a introdução da tecnologia em um número cada vez maior de modelos. Em relação às exportações, há grandes oportunidades em alguns mercados, como o do Japão e o da União Européia, por conta de metas para a redução da emissão de gases poluentes.

\*Trabalho finalizado em 15/12/2005.

\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Além do álcool, o Brasil apresenta condições favoráveis à ampliação do uso do biodiesel. A partir de 2008, será obrigatória a adição de 2% de biodiesel ao petrodiesel, o que demandará 800 milhões de litros do combustível vegetal. No ano de 2013, esse percentual passará para 5%.<sup>5</sup>

Nesse sentido, cabe salientar que há uma grande variedade de oleaginosas para a produção do combustível, como a mamona, o dendê, a canola e a soja. No entanto, um empecilho à produção de biocombustíveis

é o balanço energético de cada cultura, representado pelo quociente entre a energia proporcionada pelo combustível e o total de insumos e combustíveis fósseis utilizados na sua produção.<sup>6</sup>

Considerando o balanço energético, as únicas culturas que apresentam resultados significativos são as de cana-de-açúcar e dendê. Para as demais lavouras, ainda são necessários grandes avanços da pesquisa agrônômica, na direção do aumento da produtividade e da diminuição da utilização de insumos petroquímicos.

---

## Notas

<sup>1</sup>COSTA, Ricardo Cunha da; PRATES, Cláudia Pimentel T. **O papel das fontes renováveis de energia no desenvolvimento do setor energético e barreiras à sua penetração no mercado**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set2102.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2005.

<sup>2</sup>GREENPEACE. **Dossiê energia positiva para o Brasil**. Disponível em: <[http://www.greenpeace.org.br/energia/pdf/dossie\\_energia\\_2004.pdf?PHPSESSID=>](http://www.greenpeace.org.br/energia/pdf/dossie_energia_2004.pdf?PHPSESSID=>)>. Acesso em: 5 dez. 2005.

<sup>3</sup>GREENPEACE, 2005.

<sup>4</sup>BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Balanço energético nacional 2005**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/download.do?attachmentId=3372&download>>. Acesso em: 29 nov. 2005.

<sup>5</sup>COSTA; PRATES, 2005.

<sup>6</sup>URQUIAGA, Segundo; ALVES, Bruno José A.; BOODEY, Roberto M. **Produção de bicombustíveis: a questão do balanço energético**. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, n. 5, p.42-45, jan./mar. 2005.

# O não retrocesso industrial do Brasil

Gilmar Mendes Lourenço\*

O registro persistente, no Brasil, de taxas medíocres de crescimento econômico e de diminutos progressos, quando não retrocessos, no campo social, nas últimas duas décadas e meia, fez emergir, na pauta de discussões das entidades empresariais, um assunto bastante complexo: a desindustrialização. Tal fenômeno pode ser retratado na perda de participação do setor manufatureiro na composição da renda interna do País e na sua expansão real de 40,0%, entre 1980 e 2003, contra 45,0% e 71,0% da agropecuária e dos serviços, respectivamente, segundo cálculos realizados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A despeito da pertinência do debate acerca do apreciável conjunto de obstáculos ao funcionamento da indústria no País, há um exagero no diagnóstico de regressão. Isso porque, no intervalo de tempo compreendido entre o começo dos anos 1950 e a segunda metade da década de 1970, a contribuição da indústria para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro saltou de menos de 19,0% para mais de 40,0%. Nos dias atuais, o setor responde por cerca de 39,0% do esforço produtivo do País, tendo chegado ao piso de 35,0% em 1998, e por aproximadamente 19,0% da geração de empregos, depois de ter representado mais de 22,0% no passado.

De acordo com a experiência internacional, centrada no intervalo 1960-1980, é possível identificar dois tipos de desindustrialização. A primeira é natural, fruto do preenchimento dos derradeiros vazios da matriz produtiva e do simultâneo e subsequente avanço das atividades terciárias, em sua maioria vinculadas direta e indiretamente à indústria. Os países que hospedaram tal episódio atingiram níveis de renda *per capita* entre US\$ 10,0 mil e US\$ 12,0 mil por ano.

A segunda forma de desindustrialização tem recebido o rótulo de precoce, abarcando o surgimento de um novo vetor de geração de renda, normalmente atrelado à exploração de algum recurso natural ou ao desenvolvimento de determinada aptidão – tendo como exemplos a descoberta do gás holandês e o advento do turismo na Grécia –, ou a interferência de fatores fortuitos, como as crises políticas e econômicas acontecidas na América Latina nos anos 1970 e 1980, desembocando no fechamento de empresas e de postos de trabalho.

A utilização dos depósitos de gás natural na Holanda transformou a nação de importadora em

exportadora líquida de energia e provocou apreciação da moeda local (o florim), o que decretou praticamente o fim das indústrias de calçados, têxteis, automotivas e de construção naval.

No caso do Brasil, uma rápida interpretação da trajetória histórica permitiria reproduzir quase 50 anos de intensa industrialização, seguidos por quinze anos de estagnação, menos traumática do que a desindustrialização prematura vivida por outras nações latino-americanas.

*A gênese da estagnação brasileira repousaria nos anos 1980, quando a política econômica exigiu condutas pouco amigáveis à continuidade da modernização e sofisticação do aparelho produtivo*

A gênese do estagnacionismo repousaria temporalmente nos anos 1980, quando a implementação de uma política econômica focada no alcance de dois objetivos pouco conciliáveis – geração de dólares líquidos na balança comercial para o pagamento dos juros da dívida externa e combate à hiperinflação inercial – exigiu condutas pouco amigáveis à continuidade da modernização e sofisticação do aparelho produtivo – completado durante a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no governo Geisel –, em uma fase em que o mundo globalizado engendrava a mudança do paradigma tecnológico, com a introdução da microeletrônica, liderando a Terceira Revolução Industrial.

Na seqüência, as estratégias indiscriminadas de abertura do mercado brasileiro aos capitais, produtos e empresas operantes no resto do mundo, de privatizações e de desregulamentação, somadas ao gerenciamento do Plano Real, baseado em câmbio baixo e juros altos,

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

dificultaram as chances de sobrevivência e de reestruturação técnico-produtiva-organizacional das companhias industriais.

Não obstante a falta de uma retaguarda institucional de apoio aos ajustes, as empresas fizeram sua parte. As organizações privadas procuraram dedicar-se à introdução de conceitos inovadores de gestão, à racionalização de linhas de produção, à substituição de processos, à importação de equipamentos modernos, à terceirização de atividades menos rentáveis, à implantação de sistemas de automação e de controle aprimorado de qualidade, dentre outros propósitos.

Até porque, por carregarem enorme informalidade, e conseqüentemente menor produtividade, o setor agropecuário e o de serviços seriam incapazes de compensar a perda de dinamismo da indústria, o grande sinalizador da tendência e da direção da evolução dos negócios em uma economia madura, em razão dos seus efeitos multiplicadores dinâmicos para frente e para trás.

Foi um movimento concentrado em iniciativas de modernização, em sua maioria desconectadas de projetos de investimento em ampliação da capacidade produtiva, em função da falta de condições objetivas que permitissem aos atores privados vislumbrar a possibilidade de trilhar caminhos menos tortuosos no longo prazo.

A reestruturação industrial no Brasil, causada pelo *mix* recessão e reformas pró-mercado, resultou, ao mesmo tempo, em elevação da eficiência administrativa e produtiva das empresas e ampliação do contingente desempregado e precarização das relações de trabalho. Daí a manutenção de sua participação na renda total do sistema econômico.

Contudo, a reativação da produção industrial, verificada desde o final de 2002 e ancorada no desempenho exportador, começou a esbarrar nos elementos da conjuntura, como juros e carga tributária

elevados e câmbio valorizado, que encarecem os custos do setor privado, encurtam mercados e inibem o desengavetamento dos planos de inversões em aumento do potencial exportador e/ou em substituição de importações.

Ainda assim, de acordo com levantamento realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o coeficiente exportador da indústria brasileira passou de 17,9%, em 1997, para 24,8% em 2004, puxado pelos segmentos extrativo (88,6%), madeira (72,2%), equipamentos de transporte (54,3%), calçados e artigos de couro (52,4%), veículos automotores (32,0%), metalurgia básica (31,6%), máquinas e equipamentos (30,1%), papel e celulose (29,0%) e alimentos e bebidas (26,3%).

Tudo isso sem que houvesse qualquer indicação de encaminhamento de solução para as crônicas restrições à ampliação qualitativa e quantitativa do parque industrial brasileiro, com ênfase para as deficiências infra-estruturais, a precária regulação, o ainda exagerado foco das corporações no mercado doméstico, os reduzidos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a excessiva especialização exportadora nas fronteiras absorvedoras de *commodities*, mais sensíveis às flutuações cíclicas de oferta e demanda, em detrimento da exploração e consolidação de frentes demandantes de produtos com maior grau de complexidade tecnológica, tal como realizado com maestria por países como China e Índia.

A superação das oscilações cíclicas do setor industrial depende da definição e execução de um projeto de desenvolvimento, ausente da mesa de decisões econômicas brasileiras nos últimos 25 anos, devido à priorização do enfrentamento dos constrangimentos conjunturais e da conquista da estabilidade monetária.

# Paraná - Destaques Econômicos\*

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*\*, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro\*\*\*

## AGROPECUÁRIA

### Paraná recebeu mais recursos para a agropecuária

Em 2005, o Paraná recebeu R\$ 22,28 milhões do Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa), por meio de emendas parlamentares. Esse valor representou 14% do total de recursos destinados às 27 unidades federativas.

Os recursos do Prodesa são utilizados principalmente para pesquisas, treinamentos, assistência técnica e melhoria da infraestrutura.

DENARDIN, Valmir. PR lidera emendas para investimento na agropecuária. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 fev. 2006. p.23.

### Cooperativas agrícolas registram retração do faturamento

Em 2005, as cooperativas agrícolas do Paraná tiveram seus resultados afetados pela redução da safra e pela desvalorização do dólar. O faturamento do setor recuou 8,3% em relação a 2004, segundo dados da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).

Em algumas das principais cooperativas a queda foi ainda maior, como nos casos da Coamo, que contabilizou a retração de 26%, e da Cocamar, onde a perda atingiu 14%. Por conta da diminuição de suas receitas, as cooperativas reduziram a previsão de investimento para 2006 de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 800 milhões.

GASPARIN, Mirian. Cooperativas perdem 8,3% das receitas em 2005 e cortam investimentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev. 2006. Economia, p.4.

## AGROINDÚSTRIA

### Frigorífico Raja encerra atividades devido ao embargo russo

O frigorífico de suínos Raja paralisou suas operações após 30 anos de atividades em Jacarezinho, Norte Pioneiro, levando à demissão de 300 trabalhadores.

O principal motivo para o encerramento das atividades foi o embargo russo à carne brasileira. O frigorífico abatia cerca de mil animais por dia e 60% da produção tinha a Rússia como destino. Sem haver expectativa para o fim do embargo, é remota a possibilidade de o frigorífico ser reaberto neste ano.

MARTINS, Marco. Frigorífico de suínos fecha as portas e demite 300 funcionários em Jacarezinho. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jan. 2006. p.24.

### Agrogen investe em complexo aviário em Guarapuava

A Agrogen Desenvolvimento Genético, que responde por cerca de 16% da produção total de matrizes de aves do País, instalou-se em Guarapuava, com um projeto que deverá garantir a oferta de 6,5 milhões de frangos até 2009.

A empresa ocupa uma área total de 13 alqueires, onde estão sendo construídos nove módulos de produção, uma fábrica de ração e incubatórios. Em parceria com a multinacional COOB – Vantress do Brasil, o investimento totalizará R\$ 50 milhões.

AGROGEN investe R\$ 50 milhões em Guarapuava. **Folha de Londrina**, 24 jan. 2006. Economia, p.3.

### Abatedouros de aves devem reduzir a produção

O abate de aves deve apresentar redução no Paraná em 2006, por conta dos impactos da gripe aviária sobre o comércio mundial.

Segundo o Sindicato da Indústria Avícola do Paraná (SindiaVIPAR), a queda do faturamento e da produção do setor pode atingir 20%. Neste ano, já se verifica diminuição de cerca de 15% no alojamento de pintos de corte.

No caso específico do segmento cooperativista, os grandes abatedouros devem registrar resultados inferiores aos do ano passado. Responsável pelo abate de 140 mil frangos por dia, a Coopavel reduziu a produção em 10% no mês de janeiro, percentual que deverá aumentar em fevereiro.

Já a Copacol, sediada em Cafelândia, anunciou que pretende diminuir em 15% a sua produção nos próximos meses, em função da retração das exportações. Atualmente, a Copacol abate 300 mil frangos por dia.

LIMA, Marli. Frango passa de solução a problema no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 fev. 2006. Empresas e Tecnologia, p.B12.

\*Elaborado com informações disponíveis no período de 1º/12/2005 a 24/02/2006.

\*\*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

# INDÚSTRIA

## Sig Combibloc vai instalar unidade em Campo Largo

O município de Campo Largo foi escolhido para abrigar as instalações da Sig Combibloc, fabricante de embalagens do tipo longa vida para alimentos. O início das construções está previsto para o segundo semestre de 2006, com a geração de cerca de 250 empregos diretos quando a fábrica entrar em operação.

A empresa prevê investimentos de 100 milhões de euros, devendo destinar 80% de sua produção para o mercado nacional. Pretende conquistar, em 10 anos, pelo menos 15% do mercado brasileiro, fazendo frente à sua principal concorrente, a Tetra Pak.

LIMA, Marli. Sig Combibloc vai instalar fábrica no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 fev. 2006. Empresas e Tecnologia, p.B7.

---

## Fabricante de genéricos ampliará unidade localizada em Cambé

A multinacional Novartis, fabricante de medicamentos genéricos, ampliará a capacidade produtiva de sua unidade em Cambé, investindo R\$ 110 milhões. Em 2004, com a aquisição da Hexal, o grupo suíço passou a controlar a fábrica instalada no Paraná, que hoje é capaz de atender apenas ao mercado interno.

A ampliação tem por objetivo suprir tanto o mercado interno quanto o externo, devendo permitir a exportação de cerca de 50% da produção. Com a expansão, a fábrica passará a produzir 300 milhões de cápsulas por ano.

ORGIS, Guido. Novartis investirá R\$ 110 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 fev. 2006. p.23.

---

## Faturamento da indústria paranaense registra queda

A indústria paranaense fechou o ano de 2005 com queda de 1,31% no faturamento. Segundo a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), onze dos dezoito segmentos pesquisados apresentaram resultados negativos, sobressaindo os ramos de couro, mecânica, madeira, têxtil e plástico. Os resultados não foram piores devido ao incremento das exportações, da ordem de 7,17%, e do aumento do crédito pessoal.

Por outro lado, os segmentos que contabilizaram maiores aumentos foram produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabões e velas, papel e papelão e material de transporte, com variações positivas de, respectivamente, 16,96%, 12,58%, 10,33% e 9,62% no faturamento.

GASPARIN, Mirian. Indústria do PR vendeu menos em 2005. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 fev. 2006. p.23.

GASPARIN, Mirian. Semestre ruim abala indústria do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 fev. 2006. p.18.

---

## Renault anuncia plano de investimentos

A Renault investirá US\$ 120 milhões no complexo de São José dos Pinhais, devendo contratar 700 funcionários até 2007. Em três anos, a empresa pretende atingir a plena utilização de sua

capacidade instalada, com a produção de aproximadamente 250 mil veículos.

Com isso, a empresa francesa prevê aumentar sua participação no mercado nacional de 2,9% para 7%, apostando no lançamento de cinco novos veículos. Essa ampliação de participação garantiria a quarta colocação entre as montadoras instaladas no Brasil.

GÓMEZ, Natalia. Operação da Renault no Brasil deve sair do vermelho em 2007. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 fev. 2006. Empresas, p.B5.

JASPER, Fernando. Plano da Renault inclui cinco lançamentos para o Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 fev. 2006. p.17.

OLMOS, Marli. Ghosn aposta em novos modelos e escala para sacolejar a Renault. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 fev. 2006. Empresas e Tecnologia, p.B1.

RENAULT anuncia investimentos no Brasil. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 10 fev. 2006. p.27.

---

## Klabin investirá R\$ 1,5 bilhão na unidade de Telêmaco Borba

A Klabin anunciou a ampliação da sua unidade localizada em Telêmaco Borba, região central do Estado. O investimento de R\$ 1,5 bilhão deverá colocar a empresa na sexta posição entre as maiores fabricantes de papel cartão do mundo, com a elevação da produção de 330 mil toneladas/ano para 680 mil toneladas/ano. Por conta dessas inversões, a participação das exportações na receita total da empresa deverá saltar de 25% para 40%.

O investimento será realizado com 40% de recursos próprios, cabendo 60% a instituições financeiras de fomento, como o BNDES. Estima-se que as obras gerarão 4,5 mil empregos temporários, com perspectiva de criação de 250 postos de trabalho na fábrica e 750 na área florestal, quando a nova linha de produção entrar em operação.

BREMBATTI, Katia. Conselho da Klabin aprova investimento de R\$ 1,5 bilhão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 fev. 2006. p.20.

VIALLI, Andrea. Klabin confirma investimento de R\$ 1,5 bilhão no Paraná. **O Estado de S.Paulo**, 17 fev. 2006. Economia, p.B14.

---

## Volvo registra crescimento no faturamento e anuncia investimentos

A Volvo do Brasil, fabricante de ônibus e caminhões com sede em Curitiba, registrou faturamento 30% maior em 2005, em relação a 2004. As exportações, que somaram US\$ 750 milhões, corresponderam a 45% do faturamento da empresa, resultado que só não foi maior devido à apreciação cambial.

A comercialização nos mercados interno e externo chegou a 12.144 veículos, volume 33% superior ao do ano anterior, sendo que o mercado externo absorveu 40% do total. Com investimentos de US\$ 100 milhões no triênio 2003/2005, a Volvo aplicará outros US\$ 75 milhões nos próximos três anos, principalmente na modernização da fábrica e no desenvolvimento de novos produtos.

LOMBARDO, Andréa. Faturamento da Volvo cresce 30%. **Folha de Londrina**, 21 fev. 2006. Economia, p.3.

SILVA, Cleide. Volvo anuncia investimentos de US\$ 75 milhões no Brasil até 2008. **O Estado de S.Paulo**, 21 fev. 2006. Economia, p.B14.

---

## COMÉRCIO

### Comércio varejista registra queda no Paraná

O volume de vendas do comércio varejista do Paraná apresentou queda de 0,97% no ano passado, enquanto no País houve crescimento de 4,76%. A retração das vendas refletiu a redução da renda do consumidor, resultante da forte estiagem e do declínio dos preços de algumas *commodities* agrícolas, fatores que afetaram principalmente o comércio do interior do Estado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os segmentos que mais sofreram foram os de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que registraram taxa de -7%, e o de combustíveis e lubrificantes, com variação de -2,15%. Porém, alguns segmentos apresentaram crescimento, como os ramos de móveis e eletrodomésticos, com taxa de 13,11%, artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria (10,04%), equipamentos e materiais para escritório (79,73%) e artigos de uso pessoal e doméstico (14,05%).

SAIKI, Lyrian. Vendas do comércio caíram em 2005. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 fev. 2006. p.26.

---

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Acordo entre ALL e Klabin permite transporte ferroviário de bobinas

A Klabin, maior fabricante de papel do País, firmou acordo com a América Latina Logística (ALL) para viabilizar o transporte ferroviário de bobinas de papel.

As empresas deverão investir cerca de R\$ 10 milhões na adaptação de 50 vagões, o que permitirá o transporte de 120 mil toneladas de papel de Telêmaco Borba até o Porto de Paranaguá já neste ano. Com a utilização das ferrovias, espera-se uma redução de 28% no custo do frete.

VIEIRA, André. ALL "fabrica" vagão especial para Klabin. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 dez. 2005. Empresas e Tecnologia, p.B6.

---

### Volvo vende ônibus para a Venezuela

A Volvo do Brasil, instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), fechou contrato para a venda de 220 ônibus para a C.A. Metrô de Caracas. Os veículos serão utilizados como alimentadores do sistema de metrô da capital venezuelana, que transporta 1,5 milhão de pessoas por dia.

O valor do contrato é de US\$ 20 milhões, incluindo, além dos veículos, peças de reposição, ferramentas e treinamento.

BERTOLDI, Andréa. Volvo do Brasil vende 110 ônibus para a Venezuela. **Folha de Londrina**, 11 fev. 2006. Economia, p.1.

LIMA, Marli. Volvo fecha venda de 220 ônibus para o metrô de Caracas por US\$ 20 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 fev. 2006. Empresas e Tecnologia, p.B7.

---

## FOMENTO

### Sicredi Paraná e BRDE acertam liberação de R\$ 70 milhões

O Sicredi Paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) firmaram parceria para a concessão de R\$ 70 milhões em empréstimos a cooperados. Do valor total, R\$ 50 milhões serão destinados a cooperativas, cabendo R\$ 20 milhões a projetos especiais do Estado.

NOVO convênio entre Sicredi e BRDE repassa R\$ 70 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 fev. 2006. p.20.

---

## INFRA-ESTRUTURA

### Estado recebe R\$ 73 milhões em investimentos da GVT

A GVT investirá R\$ 73 milhões este ano no Paraná. O Estado concentra aproximadamente 35% dos clientes da operadora, que espera repetir no atual exercício o aumento de 30% na receita, ocorrido em 2005. Os investimentos contarão com apoio do BNDES, que aprovou um financiamento de R\$ 120 milhões para a operadora, para serem aplicados até o fim de 2007.

SCHEFFER, Cinthia. GVT investirá R\$ 73 milhões no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 jan. 2006. p.20.

---

### Paraná terá pedágios em rodovias federais

O governo federal concederá à iniciativa privada a administração de sete lotes de rodovias federais, incluindo algumas estradas que atravessam o Paraná.

Com isso, as rodovias que ligam a capital paranaense a São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre passarão a ser pedagiadas. De acordo com o edital de privatização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), as tarifas de pedágio nas rodovias federais irão variar entre R\$ 4,22 e R\$ 6,33 para cada cem quilômetros percorridos.

GOVERNO retoma processo de privatização de rodovias. **Folha de S.Paulo**, 3 fev. 2006. Dinheiro, p.B4.

RODOVIAS privatizadas terão pedágio até 30% mais barato. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 fev. 2006. p.13.

---

### Sercomtel vende Ask! para grupo colombiano

A empresa Serviços de Comunicações Telefônicas de Londrina (Sercomtel) vendeu a companhia de *call center* Ask! para o grupo colombiano Carvajal. A negociação envolveu R\$ 1,75 milhão, devendo contribuir para o pagamento das dívidas da Sercomtel.

No Brasil, o grupo Carvajal é representado pela empresa Publicar, que detém as marcas Editel e Listel. Nos próximos doze



meses, o *call center* poderá empregar 200 novos funcionários, por conta dos planos de expansão da companhia.

GASPARIN, Mirian. Sercomtel vende empresa de call center para sanear contas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 fev. 2006. p.19.

## Brasil Telecom anuncia demissões

A Brasil Telecom anunciou que pretende demitir aproximadamente 800 funcionários em todo o País. No Paraná, segundo estimativas do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Paraná (Sinttel), cerca de 170 pessoas poderão ser dispensadas pela empresa.

De acordo com a Brasil Telecom, as demissões visam ao aumento da eficiência nas operações, com a junção de algumas áreas da empresa.

BRASIL Telecom vai demitir 800 funcionários. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 fev. 2006. p.20.

## Terminal de contêineres será instalado em Cambé

Um novo terminal intermodal de contêineres (para cargas secas e refrigeradas) será instalado pela empresa Standard no município de Cambé. Para a construção do terminal serão investidos em torno de R\$ 5 milhões, valor que poderá aumentar por conta das aquisições de máquinas e vagões.

O terminal, que será inaugurado em maio, terá capacidade para 600 contêineres por mês e receberá cargas de caminhões, que, posteriormente, serão transportadas pela América Latina Logística (ALL) até o Porto de Paranaguá. A instalação do empreendimento foi facilitada pela política municipal para atração de novas empresas.

CAMBÉ terá terminal de contêineres. **Folha de Londrina**, 14 fev. 2006. Economia, p.3.

## NÍVEL DE ATIVIDADE

### Paraná registra queda no saldo do emprego formal em 2005

O emprego formal no Paraná registrou saldo positivo em 2005, porém o resultado foi inferior ao alcançado em 2004. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego

(MTE), foram criados 72.374 empregos formais no Estado no ano passado, 41% abaixo do número registrado em 2004.

Em contraposição à agricultura e à indústria de madeira e mobiliário, que apresentaram saldos negativos, os ramos de comércio varejista, serviços e produtos alimentares registraram significativos aumentos no emprego formal, com variações positivas de 6,43%, 5,60% e 6,59%, respectivamente.

GASPARIN, Mirian. Criação de empregos caiu 41% no PR em 2005. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 fev. 2006. p.18.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### Governo do Paraná investirá R\$ 70,6 milhões em ciência e tecnologia

Até o fim de 2006, o Governo do Estado do Paraná investirá R\$ 70,6 milhões na área de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, valor 16% superior ao investido nos últimos três anos. Esse montante será dividido da seguinte maneira: 50% em programas estratégicos de governo, 30% em programas da Fundação Araucária e 20% em projetos do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar).

Do total destinado aos programas estratégicos e à Fundação Araucária, R\$ 15 milhões serão direcionados à infra-estrutura das cinco universidades e doze faculdades do Estado.

ALMEIDA, Aniela. Ensino e pesquisa terão R\$ 70,6 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jan. 2006. p.7.

### HSBC escolhe Curitiba para a produção de *softwares*

O HSBC anunciou a instalação de um centro tecnológico em Curitiba. O centro desenvolverá os *softwares* utilizados pelo banco nos países em que atua e terá a produção voltada à exportação. Os investimentos somarão R\$ 40 milhões até 2007, com a geração de 200 empregos no primeiro ano de operação.

O empreendimento, chamado de Global Technology Center (GLT), será o terceiro centro mundial do HSBC, que já desenvolve *softwares* na Índia e na China. O início das obras está previsto para o próximo mês, com o início das operações em junho deste ano.

LONDRES, Mariana. Curitiba terá o 3.º centro tecnológico mundial do HSBC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 fev. 2006. p.20.

CURITIBA ganha centro de tecnologia global. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 9 fev. 2006. p.27.

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 842	81 085	1 402	60 565	138 594	2 288	27 167	544 719	20 051
2006 <sup>(1)</sup>	16 237	37 168	2 289	61 382	172 148	2 805	27 660	536 128	19 383

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	107 895	86 455	801	414 840	31 899 700	76 896	50 980	170 260	3 340
2006 <sup>(1)</sup>	103 917	125 536	1 208	433 928	35 466 791	81 734	...	...	...

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	432 446	542 347	1 254	205 729	3 967 165	19 283	1 971 747	8 292 554	4 206
2006 <sup>(1)</sup>	508 648	709 036	1 394	198 707	4 022 957	20 246	2 427 501	10 573 205	4 356

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 350 196	2 978 109	2 206
2005	539	1 158	2 148	4 129 575	9 468 705	2 293	1 292 721	3 010 605	2 329
2006 <sup>(1)</sup>	447	1 240	2 774	3 906 309	10 125 781	2 592	...	...	...

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa. No caso da cultura do feijão, não inclui a 3ª safra.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2005

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Agosto	132 983	22 417	28 961
1998	854 517	236 358	193 435	Setembro	134 141	25 930	28 795
1999	957 237	198 873	229 466	Outubro	133 126	26 809	26 859
2000	1 041 412	181 113	235 315	Novembro	130 394	26 870	28 165
2001	1 121 828	197 985	263 451	Dezembro	139 160	22 435	28 106
2002	1 235 681	219 350	333 951	2005 <sup>(1)</sup>	1 317 695	234 679	277 061
2003	1 344 398	219 774	359 139	Janeiro	138 408	18 246	27 016
2004	1 557 747	276 806	340 568	Fevereiro	128 063	19 364	25 759
Janeiro	121 181	18 728	27 006	Março	141 733	26 502	28 752
Fevereiro	110 707	17 839	26 296	Abril	135 603	29 261	28 540
Março	130 714	21 834	29 479	Maiο	145 529	28 822	31 875
Abril	127 224	21 885	27 522	Junho	151 796	27 435	32 579
Maiο	129 493	23 624	29 508	Julho	155 851	27 600	33 409
Junho	130 170	26 308	29 841	Agosto	162 330	29 511	35 636
Julho	138 452	22 128	30 029	Setembro	158 381	27 938	33 496

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - 2006

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2004	3 147	10 619
1977	1 356	8 826	Janeiro	198	440
1978	1 614	9 636	Fevereiro	408	694
1979	1 635	12 575	Março	399	896
1980	1 936	13 482	Abril	227	766
1981	1 954	14 105	Maiο	228	795
1982	1 179	6 606	Junho	213	942
1983	1 079	3 345	Julho	162	1 182
1984	1 748	7 921	Agosto	242	1 175
1985	2 167	9 728	Setembro	214	1 004
1986	2 029	10 588	Outubro	301	1 047
1987	2 121	9 479	Novembro	265	931
1988	1 567	8 847	Dezembro	290	747
1989	1 386	6 189	2005	811	6 444
1990	885	4 111	Janeiro	60	246
1991	584	2 677	Fevereiro	118	627
1992	593	2 893	Março	90	738
1993	1 038	4 475	Abril	34	749
1994	1 707	9 011	Maiο	19	686
1995	859	5 095	Junho	25	910
1996	897	4 180	Julho	53	551
1997	1 296	6 062	Agosto	54	635
1998	1 380	6 025	Setembro	69	432
1999	1 351	4 854	Outubro	100	258
2000	1 692	6 251	Novembro	64	303
2001	2 046	8 307	Dezembro	125	310
2002	2 448	9 752	2006	62	450
2003	3 112	10 449	Janeiro	62	450

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2005

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005 <sup>(1)</sup>	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2004-2005

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2004	2005		2004	2005	
Exportação	9 396 534 183	10 022 668 933	6,7	96 475 238 342	118 308 269 477	22,6
União Européia	2 676 718 284	3 118 402 012	16,5	24 160 225 116	26 493 366 323	9,7
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 857 533 540	-23,4	14 563 861 340	18 552 197 089	27,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 288 856 293	1 379 202 023	7,0	20 341 292 041	22 741 381 375	11,8
Aladi (exclusive Mercosul)	750 150 261	1 127 158 279	50,3	10 787 356 237	13 702 190 590	27,0
Mercosul	830 011 051	946 408 327	14,0	8 912 110 892	11 726 093 723	31,6
Oriente Médio	843 999 471	636 604 302	-24,6	3 687 154 896	4 286 140 965	16,2
África (exclusive Oriente Médio)	330 249 472	395 414 399	19,7	4 244 927 085	5 977 269 239	40,8
Outros	1 253 246 760	561 946 051	-55,2	9 778 310 735	14 829 630 173	51,7
Importação	4 026 142 975	4 524 855 667	12,4	62 834 697 626	73 551 417 513	17,1
União Européia	1 457 300 260	1 760 052 664	20,8	15 928 193 762	18 146 178 521	13,9
África (exclusive Oriente Médio)	407 563 194	625 640 216	53,5	6 185 643 245	6 667 114 032	7,8
Mercosul	442 776 269	561 367 640	26,8	6 390 320 455	7 051 573 336	10,3
Ásia (exclusive Oriente Médio)	457 774 637	546 716 803	19,4	12 279 524 602	16 870 178 233	37,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	537 948 796	470 320 329	-12,6	11 530 275 293	12 850 808 012	11,5
Aladi (exclusive Mercosul)	168 514 042	191 671 436	13,7	3 636 232 422	4 515 619 949	24,2
Oriente Médio	119 988 147	89 105 877	-25,7	2 311 924 488	2 509 570 207	8,5
Outros	434 277 630	279 980 702	-35,5	4 572 583 359	4 940 375 223	8,0

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	2 494 883 240	24,89	1 598 365 495	17,01	56,09
Automóveis	1 093 362 884	10,91	591 048 394	6,29	84,99
Motores para veículos	546 842 475	5,46	564 610 135	6,01	-3,15
Ônibus	268 242 734	2,68	24 530 788	0,26	993,49
Veículos de carga	204 843 051	2,04	84 191 545	0,90	143,31
Tratores	199 216 867	1,99	191 958 975	2,04	3,78
Autopeças	134 078 330	1,34	105 273 043	1,12	27,36
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	40 520 321	0,40	29 932 135	0,32	35,37
Helicópteros	2 739 719	0,03	1 484 891	0,02	84,51
Reboques para transporte de mercadorias	891 695	0,01	965 611	0,01	-7,65
Pneumáticos e câmaras de ar	621 605	0,01	589 293	0,01	5,48
Trens e materiais para vias férreas	73 615	-	121 600	-	-39,46
Partes e peças de aviões e helicópteros	4 250	-	-	-	-
Motores e turbinas para aviação	161	-	221	-	-27,15
Motocicletas	-	-	12 609	-	-100,00
Demais materiais de transporte	3 445 533	0,03	3 646 255	0,04	-5,50
Complexo soja	2 297 124 676	22,92	2 948 770 578	31,38	-22,10
Soja em grão	947 843 201	9,46	1 271 381 175	13,53	-25,45
Farelo de soja	882 083 698	8,80	1 081 946 986	11,51	-18,47
Óleo de soja bruto	343 189 937	3,42	460 220 149	4,90	-25,43
Óleo de soja refinado	124 007 840	1,24	133 159 525	1,42	-6,87
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	-	-	2 062 743	0,02	-100,00
Carnes	1 301 221 695	12,98	967 546 228	10,30	34,49
Carne de frango "in natura"	938 653 863	9,37	679 134 429	7,23	38,21
Carne suína "in natura"	182 467 193	1,82	101 466 293	1,08	79,83
Carne bovina "in natura"	77 269 606	0,77	101 533 325	1,08	-23,90
Carne de peru "in natura"	62 122 070	0,62	53 064 177	0,56	17,07
Carne de frango industrializada	14 949 700	0,15	4 459 450	0,05	235,24
Carne bovina industrializada	925 285	0,01	733 150	0,01	26,21
Demais carnes	24 833 978	0,25	27 155 404	0,29	-8,55
Madeiras e manufaturas de madeira	1 103 257 452	11,01	1 168 421 598	12,43	-5,58
Madeira compensada ou contraplacada	493 197 889	4,92	527 154 996	5,61	-6,44
Madeira serrada	222 222 847	2,22	199 861 296	2,13	11,19
Obras de marcenaria ou de carpintaria	114 082 698	1,14	159 856 507	1,70	-28,63
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	68 078 126	0,68	66 573 773	0,71	2,26
Madeira laminada	23 260 990	0,23	22 520 474	0,24	3,29
Demais madeiras e manufaturas de madeira	182 414 902	1,82	192 454 552	2,05	-5,22

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - 2004-2005

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	547 723 809	5,46	442 120 053	4,71	23,89
Compressores e bombas	213 543 656	2,13	156 090 373	1,66	36,81
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	72 173 427	0,72	98 122 102	1,04	-26,45
Refrigeradores e congeladores	59 775 220	0,60	57 402 139	0,61	4,13
Rolamentos e engrenagens	27 728 121	0,28	18 827 428	0,20	47,28
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	26 522 605	0,26	22 908 203	0,24	15,78
Torneiras e válvulas	12 153 435	0,12	11 347 336	0,12	7,10
Aparelhos de ar-condicionado	10 568 200	0,11	8 764 049	0,09	20,59
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	4 427 151	0,04	2 715 456	0,03	63,04
Aparelhos para filtrar ou depurar	2 454 736	0,02	1 797 990	0,02	36,53
Computadores e acessórios	1 066 437	0,01	1 820 921	0,02	-41,43
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 044 009	0,01	1 362 543	0,01	-23,38
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	423 208	-	256 601	-	64,93
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	41 530	-	80 804	-	-48,60
Laminadores de metais	13 805	-	13 699	-	0,77
Máquinas de costura	4 460	-	8 843	-	-49,56
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	115 783 809	1,16	60 601 566	0,64	91,06
Papel e celulose	251 285 187	2,51	215 237 561	2,29	16,75
Papel	250 886 209	2,50	215 025 154	2,29	16,68
Celulose	398 978	-	212 407	-	87,84
Produtos químicos	243 802 023	2,43	205 674 597	2,19	18,54
Produtos químicos orgânicos	56 184 861	0,56	33 864 063	0,36	65,91
Adubos e fertilizantes	52 405 958	0,52	69 584 314	0,74	-24,69
Plásticos e suas obras	50 598 546	0,50	36 105 547	0,38	40,14
Produtos químicos inorgânicos	13 536 737	0,14	11 610 600	0,12	16,59
Óleos essenciais e resinóides	9 020 728	0,09	6 572 224	0,07	37,26
Extratos tanantes e tintorais	2 044 563	0,02	2 175 276	0,02	-6,01
Produtos farmacêuticos	1 707 903	0,02	1 154 117	0,01	47,98
Produtos para fotografia	-	-	27	-	-100,00
Demais produtos químicos	58 302 727	0,58	44 608 429	0,47	30,70
Açúcar	242 740 842	2,42	175 187 311	1,86	38,56
Açúcar bruto	222 701 562	2,22	154 952 817	1,65	43,72
Açúcar refinado	20 039 280	0,20	20 234 494	0,22	-0,96
Café	224 909 936	2,24	188 162 124	2,00	19,53
Café solúvel	158 874 253	1,59	121 864 953	1,30	30,37
Café cru em grão	66 035 683	0,66	66 297 171	0,71	-0,39
Produtos metalúrgicos	220 355 315	2,20	148 980 386	1,59	47,91
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	61 846 607	0,62	51 252 108	0,55	20,67
Produtos laminados planos de ferro ou aço	61 319 302	0,61	43 454 028	0,46	41,11
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	13 080 871	0,13	7 155 275	0,08	82,81
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	5 231 111	0,05	5 471 209	0,06	-4,39
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	645 324	0,01	1 600 316	0,02	-59,68
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	5 660	-	-	-	-
Demais produtos metalúrgicos	78 226 440	0,78	40 047 450	0,43	95,33
Outros grupos de produtos	1 095 364 758	10,93	1 338 068 252	14,24	-18,14
TOTAL	10 022 668 933	100,00	9 396 534 183	100,00	6,66

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos químicos	924 605 100	20,43	1 048 137 978	26,03	-11,79
Aubos e fertilizantes	354 745 993	7,84	612 788 097	15,22	-42,11
Produtos químicos orgânicos	230 092 168	5,09	208 790 556	5,19	10,20
Plásticos e suas obras	145 912 571	3,22	115 941 266	2,88	25,85
Produtos farmacêuticos	46 078 616	1,02	16 925 711	0,42	172,24
Produtos químicos inorgânicos	20 814 857	0,46	19 244 341	0,48	8,16
Extratos tanantes e tintoriais	18 077 569	0,40	16 513 499	0,41	9,47
Óleos essenciais e resinóides	5 333 654	0,12	4 805 481	0,12	10,99
Produtos para fotografia	4 562 806	0,10	1 629 720	0,04	179,97
Demais produtos químicos	98 986 866	2,19	51 499 307	1,28	92,21
Material de transporte e componentes	874 575 019	19,33	689 554 132	17,13	26,83
Autopeças	474 891 986	10,50	398 267 798	9,89	19,24
Motores para veículos	268 444 440	5,93	180 490 078	4,48	48,73
Automóveis	43 963 226	0,97	43 784 315	1,09	0,41
Pneumáticos e câmaras de ar	36 488 994	0,81	17 894 338	0,44	103,91
Helicópteros	17 245 831	0,38	11 836 353	0,29	45,70
Veículos de carga	5 261 854	0,12	3 366 983	0,08	56,28
Tratores	3 180 993	0,07	980 000	0,02	224,59
Motores e turbinas para aviação	996 906	0,02	318 544	0,01	212,96
Partes e peças de aviões e helicópteros	662 786	0,01	669 686	0,02	-1,03
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	311 942	0,01	1 685 450	0,04	-81,49
Trens e materiais para vias férreas	184 693	-	3 594 479	0,09	-94,86
Motocicletas	91 778	-	133 180	-	-31,09
Aviões	62 519	-	4 622 680	0,11	-98,65
Demais materiais de transporte	22 787 071	0,50	21 910 248	0,54	4,00
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	658 218 471	14,55	560 624 066	13,92	17,41
Compressores e bombas	148 604 725	3,28	128 009 820	3,18	16,09
Rolamentos e engrenagens	86 448 038	1,91	78 101 684	1,94	10,69
Computadores e acessórios	57 556 697	1,27	31 724 123	0,79	81,43
Torneiras e válvulas	36 883 926	0,82	35 196 231	0,87	4,80
Aparelhos de ar-condicionado	30 672 166	0,68	28 406 005	0,71	7,98
Aparelhos para filtrar ou depurar	23 532 804	0,52	24 559 783	0,61	-4,18
Refrigeradores e congeladores	18 760 886	0,41	12 566 897	0,31	49,29
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	14 323 108	0,32	7 230 971	0,18	98,08
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	11 316 828	0,25	8 843 188	0,22	27,97
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	10 404 038	0,23	22 649 625	0,56	-54,07
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	5 237 434	0,12	2 394 029	0,06	118,77
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	1 760 398	0,04	474 090	0,01	271,32
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	1 414 149	0,03	67 326	-	2 000,45
Máquinas de costura	750 607	0,02	982 614	0,02	-23,61
Laminadores de metais	100 043	-	388 479	0,01	-74,25
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	210 452 624	4,65	179 029 201	4,45	17,55
Derivados de petróleo	584 873 801	12,93	409 139 286	10,16	42,95
Óleos brutos de petróleo	574 309 386	12,69	330 217 708	8,20	73,92
Óleos lubrificantes	350 128	0,01	581 692	0,01	-39,81
Gasolina	2 664	-	2 763 133	0,07	-99,90
Óleos e combustíveis	-	-	65 692 021	1,63	-100,00
Demais derivados de petróleo	10 211 623	0,23	9 884 732	0,25	3,31



TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS – 2004-2005

GRUPO / SUBGRUPO	conclusão				
	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Materiais elétricos e eletrônicos	440 522 186	9,74	386 093 988	9,59	14,10
Aparelhos transmissores e receptores	70 520 351	1,56	76 503 663	1,90	-7,82
Aparelhos elétricos para telefonia	53 943 531	1,19	45 474 348	1,13	18,62
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	49 494 495	1,09	41 667 273	1,03	18,79
Geradores e transformadores, elétricos	46 575 592	1,03	41 245 200	1,02	12,92
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	16 164 122	0,36	15 038 201	0,37	7,49
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 261 648	0,05	3 097 025	0,08	-26,97
Demais materiais elétricos e eletrônicos	201 562 447	4,45	163 068 278	4,05	23,61
Produtos metalúrgicos	156 081 504	3,45	125 449 941	3,12	24,42
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	13 140 779	0,29	11 176 334	0,28	17,58
Catodos de cobre	7 334 557	0,16	1 973 053	0,05	271,74
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	6 310 017	0,14	6 857 103	0,17	-7,98
Ligas de alumínio	4 971 876	0,11	1 139	-	-
Produtos laminados planos de ferro ou aço	4 006 035	0,09	4 631 212	0,12	-13,50
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	1 613 409	0,04	413 260	0,01	290,41
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	1 150 332	0,03	641 170	0,02	79,41
Ferro-ligas	-	-	280 966	0,01	-100,00
Alumínio em bruto	-	-	62	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	117 554 499	2,60	99 475 642	2,47	18,17
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	144 462 071	3,19	105 096 084	2,61	37,46
Papel e celulose	102 715 433	2,27	91 503 523	2,27	12,25
Papel	51 394 357	1,14	50 216 709	1,25	2,35
Celulose	51 321 076	1,13	41 286 814	1,03	24,30
Cereais	65 148 226	1,44	60 681 236	1,51	7,36
Produtos têxteis	46 157 545	1,02	72 131 688	1,79	-36,01
Confecções	25 117 088	0,56	29 917 968	0,74	-16,05
Fios sintéticos ou artificiais	11 489 275	0,25	16 602 838	0,41	-30,80
Tecidos de algodão	93 394	-	178 119	-	-47,57
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 308	-	222	-	489,19
Fios de algodão	292	-	-	-	-
Demais produtos têxteis	9 456 188	0,21	25 432 541	0,63	-62,82
Complexo soja	41 837 953	0,92	51 176 103	1,27	-18,25
Soja em grão	41 622 357	0,92	43 538 542	1,08	-4,40
Farelo de soja	215 355	-	7 637 561	0,19	-97,18
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	241	-	-	-	-
Outros grupos de produtos	485 658 358	10,73	426 554 950	10,59	13,86
TOTAL	4 524 855 667	100,00	4 026 142 975	100,00	12,39

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2005

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 238	62 813 008	33 662 231
Janeiro	507 086	248 381	258 705	5 799 645	4 214 653	1 584 991
Fevereiro	520 516	258 262	262 254	5 721 636	3 756 775	1 964 861
Março	798 144	307 204	490 941	7 926 995	5 343 907	2 583 088
Abril	584 912	257 451	327 461	6 589 499	4 631 097	1 958 402
Mai	832 956	289 271	543 685	7 941 178	4 829 640	3 111 539
Junho	1 484 571	457 237	1 027 334	9 327 515	5 528 064	3 799 451
Julho	881 370	376 119	505 251	8 992 426	5 526 033	3 466 393
Agosto	933 007	388 300	544 707	9 056 464	5 622 564	3 433 900
Setembro	845 966	359 678	486 288	8 922 690	5 751 325	3 171 366
Outubro	715 477	369 016	346 461	8 843 409	5 840 452	3 002 957
Novembro	642 846	312 081	330 765	8 159 283	6 082 694	2 076 589
Dezembro	649 682	403 197	246 485	9 194 498	5 685 804	3 508 694
2005 <sup>(1)</sup>	10 022 669	4 524 856	5 497 813	118 308 269	73 551 418	44 756 851
Janeiro	536 298	397 779	138 519	7 444 140	5 257 162	2 186 978
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 980 187	2 776 101
Março	858 948	428 202	430 746	9 250 704	5 908 383	3 342 320
Abril	896 454	372 543	523 911	9 201 536	5 331 698	3 869 839
Mai	902 353	442 894	459 459	9 818 442	6 368 275	3 450 167
Junho	921 094	405 177	515 917	10 206 058	6 182 040	4 024 018
Julho	937 866	335 106	602 760	11 061 329	6 056 719	5 004 610
Agosto	965 292	385 616	579 676	11 346 312	7 687 185	3 659 127
Setembro	824 736	343 842	480 894	10 634 458	6 308 266	4 326 192
Outubro	842 104	305 856	536 248	9 903 254	6 220 337	3 682 918
Novembro	914 250	395 738	518 512	10 789 757	6 700 432	4 089 326
Dezembro	821 284	351 610	469 673	10 895 992	6 550 734	4 035 257

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - 2006

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Dezembro	0,79
2000	6,23	2005	4,05
2001	5,90	Janeiro	0,52
2002	12,02	Fevereiro	0,02
2003	6,46	Março	0,66
2004	10,40	Abril	1,14
Janeiro	1,72	Mai	0,38
Fevereiro	0,48	Junho	-0,82
Março	0,48	Julho	0,74
Abril	1,44	Agosto	0,08
Mai	1,09	Setembro	0,23
Junho	1,27	Outubro	0,41
Julho	0,70	Novembro	0,32
Agosto	0,87	Dezembro	0,33
Setembro	0,04	2006	1,21
Outubro	0,60	Janeiro	1,21
Novembro	0,48		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2006

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Mai	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71
Dezembro	0,86	0,52	0,74	0,48	0,51
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Mai	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,75	0,63	0,60	0,79	0,19
Novembro	0,55	0,33	0,40	0,28	0,24
Dezembro	0,36	0,07	-0,01	0,37	-0,14
2006	0,59	0,72	0,92	0,34	0,81
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,34	0,81

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 - 2005

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Mai	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33
Outubro	372 551	2 482 875	0,15	592 172	49 928	11,86	250 273	264 990	0,94	110 266	326 189	0,34
Novembro	373 048	2 490 152	0,15	607 097	50 097	12,12	252 911	265 977	0,95	109 395	326 535	0,34
Dezembro	371 345	2 495 584	0,15	595 238	50 032	11,90	262 853	266 491	0,99	109 951	327 097	0,34
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34
Outubro	385 733	2 551 211	0,15	522 019	52 460	9,95	264 054	272 286	0,97	108 801	327 927	0,33
Novembro	392 917	2 555 856	0,15	528 283	52 868	9,99	275 453	272 895	0,98	112 966	327 654	0,34
Dezembro	388 276	2 561 066	0,15	529 105	53 256	9,94	280 920	273 124	1,03	116 087	327 363	0,35

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - 2005

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Mai	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48
Outubro	57 609	6 444	8,94	45 148	3 631	12,43	1 717	579	2,97	1 429 736	3 134 636	0,46
Novembro	57 681	6 579	8,77	45 790	3 633	12,60	1 752	573	3,06	1 447 674	3 143 546	0,46
Dezembro	57 843	6 667	8,68	46 313	3 619	12,80	1 825	571	3,20	1 445 368	3 150 061	0,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Mai	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44
Outubro	59 413	6 996	8,49	45 496	3 678	12,37	1 781	577	3,09	1 387 296	3 215 135	0,43
Novembro	58 566	7 051	8,30	47 878	3 688	12,98	1 886	577	3,27	1 417 939	3 220 589	0,44
Dezembro	59 450	7 098	8,38	47 908	3 707	12,92	1 931	581	3,32	1 423 676	3 226 195	0,44

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2005

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina <sup>(1)</sup>	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619
Janeiro	14 941	127 894	252 124	58 860
Fevereiro	12 690	119 384	264 817	57 378
Março	18 185	132 296	346 547	64 512
Abril	15 605	137 753	325 005	65 531
Maio	14 879	120 190	275 453	67 714
Junho	19 322	120 669	294 582	71 403
Julho	18 630	135 502	311 590	74 441
Agosto	14 836	131 435	348 684	70 303
Setembro	15 980	138 819	328 659	64 501
Outubro	14 676	133 062	308 123	65 160
Novembro	15 051	127 756	281 125	63 902
Dezembro	15 260	156 025	265 099	66 892
2005	168 290	1 626 402	3 548 130	805 119
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600
Março	14 463	137 161	358 729	63 623
Abril	13 223	131 223	306 370	63 316
Maio	13 515	133 295	289 173	68 231
Junho	15 395	133 053	291 069	70 432
Julho	13 885	130 097	295 461	72 887
Agosto	14 652	138 943	328 428	75 267
Setembro	14 330	131 002	297 417	72 457
Outubro	13 976	129 715	287 903	68 103
Novembro	13 904	132 480	288 176	67 027
Dezembro	15 180	179 191	295 765	67 691

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2005

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72	111,23	105,08	105,11	104,25
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65	111,88	106,72	108,20	118,32
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52	111,89	106,74	108,29	118,46
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33	111,91	98,17	96,98	97,76
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08	131,49	127,68	121,86	132,93
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11	105,01	105,19	98,37	102,78
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	86,81	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40	76,46	76,42	67,92	68,01
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55	92,00	89,05	80,43	75,68
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55	101,53	100,42	94,63	110,41
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	100,67	96,43	108,06	109,22	113,14	105,60	112,67	107,11	106,46	113,71

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05
Combustíveis e lubrificantes	97,72	104,73	101,61	99,15	90,96	101,90	94,41	103,08	115,18	108,52	103,50	100,76	100,71	100,19	100,96
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	110,30	149,08	103,67	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,26	105,52	96,10	95,99	104,85	97,92	131,77
Hipermercados e supermercados	110,25	149,38	102,85	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,47	104,72	95,06	94,95	103,74	96,67	130,49
Tecidos, vestuário e calçados	101,85	174,99	108,34	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,95	119,34	99,78	103,18	96,61	100,64	197,05
Móveis e eletrodomésticos	133,64	221,82	146,38	129,78	115,20	131,36	131,83	149,60	144,52	142,93	144,46	134,52	147,86	146,96	237,55
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	105,29	130,35	117,18	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	120,86	116,44	121,33	111,85	117,16	119,60	144,11
Livros, jornais, revistas e papelaria	73,00	114,65	86,80	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58	77,28	99,53	75,43	68,81	64,26	108,97
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	96,22	83,56	175,81	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01	163,72	196,92	172,72	204,58	182,97	262,85
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	115,30	207,72	130,80	97,88	104,52	140,44	112,03	129,40	124,71	122,90	123,69	115,10	130,92	131,47	236,49
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	109,35	152,95	110,20	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,71	112,53	105,64	103,22	109,56	106,15	149,54

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2005

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	98,5	103,6	115,4	109,1	106,5	102,9
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	83,0	84,2	102,6	114,3	109,0	114,0
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	91,3	99,1	104,2	91,7	78,7	71,3
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	129,7	111,9	142,6	135,6	131,3	129,2
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	104,3	96,2	101,1	102,4	111,5	101,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	87,7	171,5	179,9	123,0	128,6	97,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	90,1	89,9	94,9	91,9	53,9	16,8
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	108,4	93,1	62,1	70,7	96,4	106,0
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	105,0	97,7	105,6	88,7	94,3	86,6
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	86,1	85,3	94,2	87,3	89,4	88,4
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	98,9	99,3	117,9	99,7	106,6	109,6
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	110,9	148,1	161,2	122,8	117,4	117,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	81,5	81,6	93,9	92,6	100,9	91,5
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	130,9	139,3	166,8	155,6	165,0	188,6
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	71,6	73,8	98,5	85,4	93,1	92,1

  

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05
Indústria de transformação	117,1	133,4	139,7	131,2	127,0	111,4	117,2	109,2	105,4	118,2	113,8	120,7	119,6	116,0	128,2	129,4	123,1	113,6	109,6
Alimentos	124,3	132,7	127,8	118,3	113,5	93,8	103,5	88,9	81,7	97,0	104,2	115,1	113,3	116,0	122,2	112,4	100,4	97,9	92,4
Bebidas	82,5	89,3	113,3	107,8	120,5	136,7	106,0	100,5	103,5	113,6	108,0	91,4	88,8	72,1	101,8	104,9	109,3	120,8	157,2
Madeira	133,1	143,6	145,8	137,6	128,4	115,2	115,9	124,0	108,0	137,1	123,0	121,2	123,7	111,5	113,9	115,9	102,9	112,9	97,0
Celulose, papel e produtos de papel	107,1	103,5	104,3	108,2	106,8	108,7	112,7	100,8	103,6	106,9	109,5	118,5	113,3	116,3	114,6	113,0	115,7	118,5	121,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	110,4	196,2	367,3	288,3	282,2	205,4	190,7	256,5	177,7	181,0	128,1	183,3	172,4	141,9	210,4	216,5	199,6	192,9	227,6
Refino de petróleo e álcool	76,6	112,0	120,1	110,9	93,2	102,6	96,2	90,4	70,5	89,7	95,0	100,3	101,1	102,8	115,1	103,1	106,1	88,4	91,4
Outros produtos químicos	88,1	115,7	130,2	124,7	86,5	51,1	76,4	59,3	71,5	65,0	44,6	57,2	55,2	80,0	115,8	121,3	127,0	73,3	46,2
Borracha e plástico	96,7	106,7	109,2	106,9	103,6	96,7	96,1	80,7	87,7	92,2	93,6	100,3	98,8	95,1	99,5	96,3	102,7	105,5	101,0
Minerais não metálicos	97,7	99,3	95,5	89,0	94,3	90,0	94,6	87,6	90,4	99,6	95,7	95,0	95,7	97,7	96,2	92,7	91,3	95,6	97,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	112,8	119,4	103,1	104,6	97,1	82,4	101,5	92,9	93,5	105,2	107,5	104,3	101,3	100,1	109,6	103,9	101,4	108,7	90,2
Máquinas e equipamentos	119,6	149,6	150,0	157,3	148,9	153,9	122,7	128,6	153,8	145,8	122,0	134,0	112,1	102,6	109,1	112,3	119,5	113,5	119,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	111,8	91,8	94,0	85,0	84,6	85,2	114,5	94,6	103,5	107,4	94,4	107,2	106,3	114,7	112,5	136,8	123,7	131,3	141,8
Veículos automotores	212,0	218,0	190,4	182,2	211,9	160,7	214,1	177,2	190,8	228,4	230,6	215,3	239,6	207,7	227,0	270,6	234,1	189,8	158,5
Mobiliário	90,1	96,2	102,4	99,2	113,4	99,2	88,2	78,2	76,7	95,4	89,9	93,6	86,4	82,7	87,7	84,1	87,9	97,3	98,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.



TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2005

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)														
	2001	2002	2003	2004	Jan/04	Feb/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04	Sep/04	Out/04	Nov/04
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	106,86	102,04	102,11	102,97	105,31	107,63	108,34	107,43	108,89	109,27	109,75	110,56
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	83,99	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78	82,72	83,24	82,08	80,55
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	107,14	102,30	102,30	103,16	105,53	107,87	108,59	107,75	109,22	109,60	110,10	110,94
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	125,33	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71	126,53	128,88	130,37	133,23
Fumo	100,00	94,35	86,70	106,92	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74	53,62	54,49	54,19	55,36
Têxtil	100,00	100,60	95,15	93,80	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06	93,78	93,75	91,62	91,82
Vestuário	100,00	110,60	120,82	138,58	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06	147,46	147,47	151,78	151,80
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	75,78	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	76,77	80,98	79,83	79,25	77,54
Madeira	100,00	90,52	87,71	89,81	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24	91,69	90,68	88,85	89,54
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	116,13	116,62	116,82	115,00	114,35	115,30	114,68	115,59	117,47	117,47	117,58	117,84
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	153,74	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11	183,67	184,77	183,86	181,17
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	86,40	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41	87,16	85,49	87,08	90,12	88,61
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	91,25	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36	94,06	94,16	93,74	94,20
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	111,57	104,62	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86	112,96	114,61	111,05	110,43	111,81
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	72,92	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82	72,10	75,55	72,87	73,07
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	100,00	94,47	96,42	95,87	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45	95,80	94,79	94,59	98,46
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,00	110,52	124,33	136,63	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	134,21	134,20	135,47	138,32	139,31
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	100,00	101,98	92,26	86,33	87,01	87,66	87,86	85,85	91,24	90,77	83,67	82,95	84,38	85,03	85,04
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	104,83	97,54	98,14	98,33	99,79	102,61	107,07	106,96	107,22	107,90	110,09	110,82
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	75,17	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74	76,88	75,91	75,34	74,74

  

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)													
	Dez/04	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	Sep/05	Out/05	Nov/05	Dez/05
Indústria geral	107,97	108,20	108,25	108,36	108,87	109,56	110,79	109,48	108,36	108,04	107,87	107,00	106,91	104,90
Indústrias extrativas	79,30	75,34	79,24	76,81	78,33	77,63	76,96	74,59	74,05	72,15	74,76	74,49	73,18	71,84
Indústria de transformação	108,33	108,62	108,62	108,77	109,26	109,97	111,23	109,93	108,80	108,50	108,29	107,42	107,34	105,33
Alimentos e bebidas	132,65	140,37	133,27	134,17	134,59	138,01	139,71	141,13	141,36	142,98	143,64	143,95	146,26	145,39
Fumo	57,97	109,53	69,27	133,32	207,22	261,42	254,17	57,09	55,94	54,77	55,07	55,07	56,52	54,49
Têxtil	89,90	89,54	89,63	90,11	90,04	90,66	90,99	89,57	89,60	88,64	88,98	89,25	87,75	89,21
Vestuário	146,53	144,31	149,40	146,79	145,01	144,31	148,25	149,72	146,62	143,66	141,75	140,30	140,81	135,03
Calçados e couro	76,77	85,40	78,97	79,34	80,36	77,49	85,22	89,89	87,85	86,75	87,93	90,05	91,04	89,92
Madeira	86,82	77,51	87,48	88,19	87,85	83,42	81,39	76,23	73,61	73,37	71,90	70,78	68,97	66,95
Papel e gráfica	117,16	117,40	117,56	116,66	116,99	118,28	119,49	118,05	117,71	118,03	119,10	116,60	116,14	114,22
Refino de petróleo e combustíveis	132,82	148,23	114,42	109,44	116,98	162,02	192,97	192,42	182,54	174,49	168,47	130,08	121,20	113,72
Produtos químicos	85,50	84,76	85,54	85,27	85,12	85,18	85,08	84,62	83,91	83,35	84,77	85,84	85,25	83,21
Borracha e plástico	93,77	93,60	90,89	92,44	92,29	91,87	93,70	93,96	94,75	95,70	95,43	95,46	95,29	91,44
Minerais não-metálicos	116,47	115,33	119,23	117,68	117,07	117,71	118,55	116,22	112,65	116,22	113,69	113,09	111,81	110,06
Metalurgia básica	73,17	74,50	78,86	76,53	76,40	75,95	75,27	74,25	74,74	72,67	73,59	73,66	72,86	69,25
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	95,46	98,39	96,61	96,73	97,80	95,03	97,25	96,62	97,77	98,49	101,31	102,69	100,99	99,41
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	133,60	136,22	137,55	139,86	140,64	140,10	140,17	141,11	138,75	133,41	131,86	131,45	130,58	129,18
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	84,50	91,76	86,41	89,34	90,51	94,42	94,54	92,91	92,44	91,14	92,35	93,89	93,28	89,92
Fabricação de meios de transporte	111,51	115,89	114,76	116,57	116,83	116,94	117,14	116,73	116,24	115,46	114,75	114,59	115,27	115,39
Fabricação de outros produtos	72,04	65,20	67,58	66,29	68,71	68,44	67,45	63,23	62,81	63,11	63,18	63,29	64,85	63,48

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2005

ANO	SETORES (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	Total
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Mai	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181
Novembro	-939	-675	5 617	1 859	-286	-1	5 575
Dezembro	-11 549	-1 173	-968	-7 914	-9 113	-	-31 317
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Mai	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175
Outubro	-4 511	278	2 382	2 322	-1 445	1	-973
Novembro	-2 571	259	4 505	1 613	-4 332	1	-525
Dezembro	-8 278	-1 509	-1 082	-5 712	-5 250	-	-21 831
2006	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 084
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 084

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -  
DEZ 2002 - NOV 2005

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maio	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maio	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Maio	8,1
Junho	7,9
Julho	7,6
Agosto	7,6
Setembro	7,0
Outubro	6,5
Novembro	5,1

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2005

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,20	1 556 182	0,54
2004 <sup>(2)</sup>	108 207	2,40	1 766 621	4,94
2005 <sup>(2)</sup>	...	0,3	...	2,3

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa, no caso do Paraná.